



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 072

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 072

67ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Memorando 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 10

Dep. Reni Pereira 11

Dep. Jocelito Canto..... 13

Dep. Elio Rusch 14

Dep. Elton Welter..... 16

Dep. Antonio Belinati 16

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 17

Sr. Rossini Barbosa Lima

Repres. da Associação dos

Funcionários do INCRA 18

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 11

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto..... 21

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 22

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida 23

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 25

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 26

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 30

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 30

Redação Final 33

3ª Discussão 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 34

Requerimentos 36

Explicações Pessoais:

Dep. Jocelito Canto..... 36

Encerramento da Sessão 38

DIÁRIO Nº 072

67ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 DE JUNHO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar

Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Nishimori, Mamede e Miltinho Pupio (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado: Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os n.ºs CTL/CC 140, 142, 144 e 146/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que as Indicações Legislativas n.ºs 325, 307, 324 e 390, respectivamente, foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as necessárias análises dos assuntos versados. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 1350/07 - OPD/GP, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Processo n.º 101444/04-TC. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º CEE/CC 1094/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado José Domingos Scarpellini, que pede esclarecimentos se a Secretaria de

Estado da Educação implantou cartões crédito corporativos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n.º 317/GS, do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos quanto a pagamentos efetuados a empresa NDEC. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n.º 406/07 - GP, do Sr. José Antonio Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita documentos que instruíram o pedido de redistribuição do território da comarca de Ponta Grossa entre os ofícios registraes. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO N.º 39/07

Curitiba, em 26 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Venho através do presente solicitar os bons préstimos de V. Exa., para comunicar a esta Casa de Leis que nos dias 2, 3, 4 e 5 do mês de julho, participarei do Congresso Internacional de Endoscopia e Cirurgia do Aparelho Digestivo, na cidade de São Paulo.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

(a) DR. BATISTA

Indicações

INDICAÇÃO N.º 180/07

SÚMULA:

Inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica, no ensino público do estado do Paraná.

Ao Sr. Secretário de Estado da Educação:

1) O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja incluída na grade curricular do ensino fundamental e médio das escolas públicas do estado do Paraná, a disciplina de Educação Moral e Cívica.

2) Justifica-se tal indicação legislativa, pelo fato de que hoje os jovens estão sendo afetados diariamente por notícias de corrupção, falta de ética, diminuição dos valores morais e dos valores cívicos de nossa nação. Com a volta desta disciplina na grade curricular das escolas públicas do Paraná, teremos num futuro próximo, cidadãos conscientes dos seus deveres e seus direitos garantidos em nossas Constituições Federal e Estadual, conscientes dos valores que formam um cidadão ético e de boa índole.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) MARCELO RANGEL.

INDICAÇÃO Nº 181/07

SÚMULA:

Propõe viabilizar a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando a continuação da estrada Delegado Bruno de Almeida ao município da Fazenda Rio Grande.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1) Viabilizar a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando a continuação da estrada Delegado Bruno de Almeida ao município da Fazenda Rio Grande.

2) Tal solicitação, virá facilitar muito o trânsito entre os 2 municípios, como passagem alternativa, quando houver obstrução na BR. Sem a ponte, famílias foram separadas e encontram dificuldades para se encontrarem. Trabalhadores andam quilômetros para chegar ao local de trabalho. Há 45 anos, esta ponte sempre esteve ajudando a comunidade, a qual está fazendo falta.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 182/07

SÚMULA:

Propõe viabilizar a construção do Posto de Saúde da Mulher no município de Nova Santa Rosa.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1) Viabilizar o projeto visando a construção de um Posto de Saúde da Mulher no município de Nova Santa Rosa.

2) Tal solicitação se faz necessária, pois está dentro do Programa do Governo Pacto Estadual Pela Vida - Estratégias para Redução da Mortalidade Materno-Infantil.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 183/07

SÚMULA:

Propõe viabilizar o projeto visando o calçamento poliédrico entre os distritos de Alto Santa Fé (Nova Santa Rosa) e Santa Rita do Oeste (Terra Roxa).

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1) Viabilizar o projeto visando o calçamento poliédrico entre os distritos de Alto Santa Fé (Nova Santa

Rosa) e Santa Rita do Oeste (Terra Roxa). Ao todo, são cerca de 9 mil metros (9 quilômetros) que restam para concluir o calçamento que liga os 2 distritos anteriormente citados, tendo valor aproximado de R\$ 900 mil (novecentos mil reais).

2) Tal solicitação se faz necessária, pelo fato de que o fluxo de pessoas que fazem o trajeto diariamente é considerável, trecho esse que hoje se encontra em situação de precariedade e risco, dificultando o acesso especialmente em dias de chuva.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 184/07

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado da Saúde o credenciamento da unidade infantil do Hospital Santa Rita de Maringá - Associação Bom Samaritano - para atender crianças com neoplasia.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, e ao Secretário de Estado da Saúde.

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando aos mesmos o credenciamento da unidade infantil do Hospital Santa Rita de Maringá - Associação Bom Samaritano - para atender crianças com neoplasia, em Maringá.

Salienta-se que é lamentável que as crianças de Maringá necessitem se deslocar ao Hospital de Clínicas, em Curitiba, para tratamento de câncer.

É sofrimento desumano imposto às crianças e às respectivas famílias. Após as sessões de quimioterapia as crianças passam mal e mesmo assim iniciam viagem para retornar ao lar.

O Hospital Santa Rita possui espaço específico para pediatria e esse credenciamento representaria ato humanitário.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para informar a esta presidência, com a urgência que se faz necessária, que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, indica para compor como membros titulares da Comissão Especial de Investigação do Pedágio, os seguintes Deputados: Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Nereu Moura.

É oportuno o ensejo para renovarmos as nossas homenagens de respeito e consideração.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Líderes do PMDB e do PT para indicarem membros partidários para comporem a Comissão Especial de Investigação sobre investimentos do Governo do Estado em publicidade e a Comissão Especial de Investigação sobre as concessionárias dos pedágios.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o destaque para a votação das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 406/07, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja realizada Sessão Solene de entrega de título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes, conforme Lei nº 15412/07; ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen, conforme Lei nº 15415/07; ao Sr. Epaminondas Xavier de Barros, conforme Lei nº 15491/07 e título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Bertoldo Klas, conforme Lei nº 15414/07. Por serem os agraciados da região dos campos gerais e para que não seja necessária a realização de várias Sessões Solenes nesta casa de Leis, requeremos seja realizada uma única Sessão, na data de 03 de agosto próximo, às 20h00, no Cine Ópera, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da R. Mateus Leme - bairro Centro Cívico, que pedem, em regime de urgência, policiamento nessa rua, no trecho compreendido entre as R. Senador Xavier da Silva e R. David Carneiro. Ocorre que estão ocorrendo inúmeros assaltos no referido trecho, inclusive à mão armada. A situação encontra-se realmente muito crítica, necessitando urgentemente de policiamento no local.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

Os Deputados Estaduais, que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e, após aprovação do douto Plenário, REQUEREM seja enviada a presente mensagem de apoio ao Ministro do Planejamento e ao Ministro do Desenvolvimento Agrário - MDA, para a reabertura de negociação das reivindicações dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do estado do Paraná, tais como, reestruturação das carreiras, abertura de concurso público, incorporação das gratificações ao vencimento básico, paridade entre ativos e inativos e valorização da qualificação profissional, entre outros, que serão apresentados oportunamente.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(aa) TADEU VENERI, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, PROFESSOR LUIZÃO, CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHI ZUCCHI, ROSANE FERREIRA, LUCIANA RAFAGNIN, EDGAR BUENO, TERUO KATO, DOBRANDINO DA SILVA, RENI PEREIRA, DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, LUIZ EDUARDO CHEIDA, STEPHANES JÚNIOR, WALDYR PUGLIESI, NEY LEPREVOST, MAURO MORAES, LUIZ ACCORSI, CAÍTO QUINTANA, CARLOS SIMÕES, ELTON WELTER, OSMAR BERTOLDI, PÉRICLES DE MELLO, NEREU MOURA, ELIO RUSCH, CLEITON KIELSE, MARCELO RANGEL, PASTOR EDSON PRACZYK, CIDA BORGHETTI, RUI HARA, FELIPE LUCAS e PEDRO IVO.

REQUERIMENTO Nº 1858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Montani, pelo falecimento do Sr. Alberto Montani, ocorrido na última madrugada no Hospital Cardiológico Costantini.

Engenheiro nascido em Milão, na região da Lombardia, norte da Itália, o Sr. Alberto Montani foi um dos principais responsáveis pela abertura de estradas de ferro da região leste do Paraná e de Santa Catarina. Fruto de sua união com D. Amires, tiveram 4 filhos, sendo 1 homem e dentre as 3 mulheres, nossa companheira de trabalho, Dra. Lydia Montani que brilhantemente presta seus serviços na Liderança da Oposição deste Poder Legislativo.

Com a certeza de que o caminho de luz e paz foi traçado devido à sua vida correta e digna, clamamos para que Deus conforte à família enlutada neste momento de dor e sofrimento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 131, parágrafo 1º e seu inciso III do Regimento

Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente ao endereço da família.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vendelino Spader, ocorrido em data de 27 de junho, e será sepultado amanhã, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

Deixa viúva a Sra. Maria Batistela Spader, 4 filhos: Neli Spader, Ledovino Spader, Angelim Spader e Carlos Spader, 10 netos e 3 bisnetos.

Solicito envio do presente voto aos familiares do falecido Vendelino Spader.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento de José Celso Slompo.

Requer seja dada ciência à família enlutada, à R. Casuar, 81 - bairro Santa Marta - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1865

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento de Gabriela da Conceição.

Requer seja dada ciência à família enlutada, à R. André Justus Sobrinho, 71 - bairro Parque dos Pinheiros - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento de João Antonio Correia Leite.

Requer seja dada ciência à família enlutada, à R. Antenor Lourenço de Oliveira, 396 - bairro Shangrilá - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento de Maria Olga Brudek.

Requer seja dada ciência à família enlutada, à R. Rocha Pombo, 1495 - bairro Jardim Carvalho - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Montani, ocorrido nesta data.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Therezinha de Jesus Kujiv Litwinski, aos 80 anos de idade, nesta capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adorinda Bernardina Mora, nesta capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1875

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Yeda Gonçalves de Camargo, aos 76 anos de idade, nesta capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cleudice dos Santos Souza, aos 51 anos de idade, no município de Pinhais.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1856

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao jornal Tribuna do Norte, da cidade de Apucarana.

De propriedade da editora Tribuna do Norte S/A., o jornal é diário, com ampla circulação especialmente no norte do Paraná, cobrindo uma área superior a 1,5 milhão de habitantes.

Trata-se de jornal bem impresso, excelente visual, com destaque para a variedade de temas abordados em suas páginas. Destaque-se, também, a ênfase para os principais acontecimentos e notícias da região. Tribuna do Norte merece o reconhecimento público e o aplauso deste Poder Legislativo, pela imparcialidade e pelo espaço aberto, permanentemente, para quem tem o que divulgar, além do apoio que tem dado aos movimentos que visem melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento da região.

Tribuna do Norte destaca-se dentre os melhores e mais conceituados jornais do sul do país.

Requeiro que esta homenagem seja comunicada à direção da empresa, com cumprimentos extensivos aos jornalistas, funcionários e aos muitos milhares de leitores, com a certeza de que os empresários que investem na Tribuna do Norte têm sempre retorno garantido.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de congratulações pelos 85 anos de criação da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) PLAUTO MIRO

REQUERIMENTO Nº 1876

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Gilmar Bozza e Márcia Bozza, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas ampliar-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1855

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que determine ao DER, providências urgentes para que execute ou contrate

a execução de recuperação asfáltica do trecho da rodovia que liga Braganey à sede do Município de Iguatu.

Trata-se de uma ação de suporte no que tange a recuperação de tão importante rodovia, que se faz necessária o mais rapidamente possível, pois o leito se encontra em estado precário, oferecendo sérios riscos de acidentes e prejuízos aos usuários, prejudicando além do transporte escolar, também e muito o transporte no escoamento da produção agropecuária.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1862

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando a implantação de uma Biblioteca Cidadã, no Jardim Novo Bandeirantes, município de Cambé.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1861

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista solicitando os seguintes documentos e informações, considerando que na próxima segunda-feira, dia 02 de julho, haverá Audiência Pública para apresentação das contas do Governo do Estado referentes ao 1º quadrimestre de 2007. Deste modo, para auxiliar este Poder Legislativo na análise das referidas contas, solicitamos, em caráter de urgência, as seguintes informações:

Na Audiência Pública do 3º quadrimestre de 2006, o Deputado Reni Pereira questionou o Secretário Heron Arzua, sobre os créditos referentes às multas, lançadas como efetivamente recebidas, quando ao que parecia, tal crédito não se realizara posto que o Governo Federal ainda não havia remetido o numerário - cerca de R\$ 160 milhões.

Pergunta-se:

- Esta quantia constou como receita realizada na prestação de contas de 2006, que está em análise neste Tribunal?

- A quantia foi utilizada para compor o fechamento de contas daquele exercício financeiro?

- Como os valores ainda não foram liberados pelo Governo Federal, poderiam constar da prestação de contas de 2006, a título de receita?

- Se houve este aproveitamento, não se caracteriza como irregularidade frente a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Considerando que o Conselheiro Fernando Augusto Guimarães, recentemente foi bastante diligente

na resposta de requerimento formulado por este Legislativo, chegando a enviar a resposta em 24 horas, além de ter incluído informações extras referentes à publicidade, por gentileza, solicitamos igual presteza no sentido de remeter as informações ora solicitadas em igual prazo, até porque em recente Sessão Solene nesta Casa, em comemoração aos 60 anos do TCE, o Presidente Nestor Baptista citou em seu discurso que os Deputados devem fazer uso das informações do Tribunal sempre que forem importantes para o desempenho de sua função.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando sejam enviadas cópias do contrato de serviços firmado entre a COPEL e SANEPAR e a Empresa Engemix, bem como cópias das ações e decisões judiciais, as indenizações pagas nos anos de 2006 e 2007 pela COPEL e referidas empresas contratadas.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista solicitando os seguintes documentos e informações, considerando que na próxima segunda-feira, dia 02 de julho, haverá Audiência Pública para apresentação das contas do Governo do Estado referentes ao 1º quadrimestre de 2007. Deste modo, para auxiliar este Poder Legislativo na análise das referidas contas, solicitamos, em caráter de urgência, as seguintes informações:

- Por que motivo o Tribunal de Contas solicitou prorrogação de prazo para apresentação de parecer prévio das contas do Governo do Estado do exercício 2006?

- No requerimento encaminhado ao legislativo solicitando o *referendum* para tal prorrogação de prazo, consta que a Diretoria de Contas detectou algumas questões que exigiram diligências externas para manifestação do responsável, pergunta-se:

a) Que diligências foram estas? Qual o objeto destas?

b) A quem foram dirigidas?

c) Qual o resultado da diligência, pois, segundo o texto da solicitação do *referendum* as diligências foram realizadas.

d) As diligências foram suficientes para possibilitar a conclusão do parecer?

Considerando que o Conselheiro Fernando Augusto Guimarães, recentemente foi bastante diligente na resposta de requerimento formulado por este Legislativo, chegando a enviar a resposta em 24 horas, além de ter incluído informações extras referentes à publicidade, por gentileza, solicitamos igual presteza no sentido de remeter as informações ora solicitadas em igual prazo, até porque em recente Sessão Solene nesta Casa, em comemoração aos 60 anos do TCE, o Presidente Nestor Baptista citou em seu discurso que os Deputados devem fazer uso das informações do Tribunal sempre que forem importantes para o desempenho de sua função.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 1882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações, considerando Ofício n° 298/07, protocolado nesta Casa de Leis:

- Informar qual o fundamento legal para a solicitação do *referendum* relativo à prorrogação de prazo para apreciação das contas do Governo do Estado de 2006.

- Já ocorreu tal situação anteriormente? Quando? Por quê motivo?

- Juntar cópia do ato e do resultado.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 469/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Promoção Humana Nossa Senhora Aparecida - Solidariedade, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Promoção Humana Nossa Senhora Aparecida, que adotou por sigla o termo Solidariedade, com sede no município de Paranavaí, conforme disposto no artigo 1°, parágrafo 2° de seu estatuto, é entidade civil sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, conforme se vê no artigo 2° desse mesmo

diploma legal: *A promoção humana nas atividades culturais, educativas e sociais, em favor da criança, do adolescente, do jovem, do adulto e do idoso, na busca de respostas concretas comuns às demandas populares, visando dar melhores condições de vida à população mais carente e empobrecida da área de abrangência.* (centro da cidade, cf. artigo 1°).

Atualmente, a Solidariedade atende inumeráveis pessoas de todas as idades e desenvolve trabalho exemplar, que se destaca pelo tratamento integral que oferece às pessoas por ela atendidas, oferecendo tratamento de saúde, psicológico, alimentação e consolo espiritual, sobre tudo a menores abandonados e famílias pobres.

A declaração de utilidade pública da Solidariedade constituirá, pois, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver seus trabalhos, sempre carente de meios, de modo que assim possa pleitear recursos adicionais, a fim de que essa entidade possa continuar a auxiliar todas as pessoas que dela dependem e que, a cada dia, a procuram.

PROJETO DE LEI N° 470/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar o acesso rodoviário da PR-170 no município de Cambira, também conhecido como rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista e sede do município, com extensão de 07 (sete) quilômetros.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola das diversas regiões do estado do Paraná acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária, tanto estadual, quanto municipal, especialmente quando existem trechos que concentram boa parte do escoamento de uma região cuja principal fonte de renda é a produção agrícola.

É o caso do trecho em questão. Estando localizado em área municipal, sua conservação e manutenção são de inteira responsabilidade do município de Cambira, o qual não dispõe de recursos suficientes para arcar com as obras necessárias para manter a integridade da rodovia.

O Poder Executivo Municipal, com os poucos recursos que detém, investe periodicamente na recuperação e modernização da infra-estrutura urbana, na geração de renda e empregos, através de programas de incentivo à indústria e ao comércio, bem como na manutenção de estradas rurais e carreadores.

Ocorre, porém, que as estradas rurais não são pavimentadas, fato que diminui consideravelmente o valor investido.

Além disso, o trecho da PR-170 em questão, acumula tráfego intenso de toda a região e não somente do município de Cambira, o que por si só já justificaria a medida ora intentada.

Por fim, passando-se a atribuição de conservação para o estado, através do DER, toda a malha rodoviária municipal restante estaria beneficiada, assim como o escoamento da produção e, por consequência, a população dependente da atividade rural em toda a região.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri, por 5 minutos.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobres visitantes.

Uso a tribuna, Sr. Presidente, até porque hoje eu quero fazer alguns esclarecimentos aqui à Casa e à imprensa que está aqui presente, mas não sem antes saudar os representantes do INCRA que estão aqui e que irão fazer uso do Grande Expediente, justamente para que possam esclarecer à Assembléia Legislativa, aos Srs. e Sras. Deputadas, e também à imprensa presente, a razão desta greve deste importante órgão que temos no Brasil e que é responsável para que possamos executar uma política que no nosso partido tem sido uma política de um debate constante que é a política da reforma agrária.

O que me traz, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a esta tribuna, é uma matéria que me parece de extrema importância, que será votada na semana que vem e que eu não quero entrar aqui, antecipadamente, no mérito, mas acho necessário fazer alguns esclarecimentos. Vamos votar na terça-feira um projeto que foi vetado pelo Governador, no seu entendimento por não estar tecnicamente correto, e que diz respeito a um fundo de previdência da Assembléia Legislativa. Obviamente, como eu falei, não quero entrar no mérito porque não cabe a mim, e acho que a ninguém, fazer nenhum tipo de juízo, nem patrulhamento, absolutamente de ninguém, Deputado Rossoni, mas tenho que fazer alguns esclarecimentos.

Ontem eu fui perguntado por alguns jornalistas se eu tenho aposentadoria especial do Banco do Brasil. Então, é necessário que se esclareça duas coisas, Deputado Luiz Carlos Martins, para ficarmos bem tranqüilos com relação às posições, que inclusive eu tenho tomado e que os senhores e as senhoras sabem quais são essas posições.

Eu entrei no Banco União Comercial em maio de 1973, um banco que não existe mais. Esse banco foi comprado, talvez o Deputado Luiz Carlos Martins lem-

bre, esse banco foi comprado, era um banco que existia na R. Marechal Deodoro, foi comprado pelo Banco Itaú em 1974.

Fui para o Banco Itaú em 1974, no qual trabalhei durante 12, 13 meses, em 1973, 1974, e naquele mesmo ano, exatamente no dia 21 de abril de 1974 eu fiz concurso no Banco do Brasil, fui aprovado e fui nomeado em novembro para tomar posse em janeiro na cidade de Palmas. Tomei posse em Palmas, dia 13 de janeiro de 1975, trabalhei no crédito rural durante uns 10 anos, trabalhei aqui em Curitiba, trabalhei no Acre, voltei para Curitiba, fui eleito Vereador em 1994, assumi em 1995. Em 1992 havia concorrido e assumi em 1995, quando o Deputado Ângelo Vanhoni assumiu uma cadeira aqui na Assembléia, fiquei meio mandato, depois posteriormente fui reeleito para Vereador, e novamente eleito para Vereador, aí obviamente 2 anos porque não conclui o mandato, uma vez que fui eleito Deputado Estadual.

Nesses 8 anos eu fiquei no Banco do Brasil trabalhando no CESEC à noite e madrugada, entre 1995 e 1998. Licenciei-me do banco em 1999. Logo em seguida, fui ao Banco do Brasil - o CESEC funcionava na Praça Tiradentes - e solicitei minha exoneração num programa de demissão incentivada, eles chamavam de PDI. Não era o PDV, mas era o PDI. Esse programa previa, entre outras coisas, os pagamentos de parcela da PREVI, que é o fundo de previdência. Esse programa continua existindo. Durante 5 anos, as empresas recolhem. A previdência é recolhida pela própria PREVI. Pois bem, fez isso. Ao término desse período, eu fui ao Banco do Brasil e pedi exoneração.

Eu não sou mais funcionário do Banco do Brasil, desde 2002. Não tenho PREVI. Não tenho aposentadoria e nem direito à aposentadoria complementar. Por ter 54 anos e 37 anos de carteira, em janeiro do ano passado, requeri ao INSS a aposentadoria que devia ser devida e, até hoje, estou esperando porque ainda não saiu, por razões que cabe ao INSS dizer.

Então, só quero fazer a esta Casa, até por uma questão de coerência e de compromisso, este esclarecimento.

Sr. Presidente, segunda-feira quero entregar à Presidência e aos Deputados esse pedido de exoneração a essa documentação para que não pare absolutamente nenhuma dúvida, porque eu acho que não seria ético de minha parte fazer algumas afirmações com relação a fundo de previdência tendo eu um fundo de previdência, se ele por acaso existisse. São coisas distintas, mas acho que precisam ser esclarecidas.

Na segunda-feira, quero deixar na presidência essa solicitação de exoneração que foi feita e que está assinada, documentada que foi recebida.

Obrigado, Sr. Presidente! Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última sexta-feira, tivemos um encontro e desencontro de informações a respeito, principalmente, da prestação de contas em relação ao balanço do ano passado. Pois bem, eu ouvi numa rádio de grande audiência na capital, na Band News, provavelmente tenha saído em outras, a palavra do Líder do Governo dizendo que eu havia me equivocado e que, na verdade, o balanço do Governo estaria positivo e não estaria negativo.

Eu vou ler as notas taquigráficas porque essas, graças a Deus, ainda ninguém consegue entrar na Assembleia Legislativa e alterar. Ainda bem, para a democracia. As notas taquigráficas do dia 22/03, às 9 h 35min, em que o Dr. Nestor, naquela Audiência pública em relação ao 3º quadrimestre do ano passado, informava que: “Havia no estado uma disponibilidade na ordem de 524 milhões e que aquelas parcelas que deveriam ser pagas no exercício de 2007 que, naturalmente, no balanço do estado seriam por disposição legal inscritas como restos a pagar. Mesmo se nós inscrevêssemos, como inscrevemos aquele valor como resto a pagar, ainda ficamos com uma suficiência de caixa na ordem de R\$ 12 milhões, prova que, realmente, cumprimos rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, neste último ano”.

Aí, logo a seguir, às 9h 36min, respondendo a segunda parte da minha pergunta, o Dr. Nestor Bueno falava, também, que esses outros créditos a receber são aqueles 165 milhões que temos a receber. Veja, não é uma transferência voluntária do Governo Federal, é decorrente da aplicação de multa. E como somos obrigados a dar entrada pelo total de nossa participação, temos 165 milhões que são devidos pela Secretaria do Tesouro Nacional retidos indevidamente. Se ganharmos, evidentemente, todas as ações, esse dinheiro será devolvido.

Porém, a partir daquela manhã, e falo que não faço isso com prazer, Deputado Dobrandino, faço por dever de ofício, porque fiz um juramento como todos os Deputados fizeram, de cumprir o meu papel de Deputado. A partir daquele momento começamos uma grande batalha em ver se realmente o Governo tinha cumprido ou não a Lei de Responsabilidade Fiscal. Posteriormente, falei que teríamos que achar uma saída técnica, porque caso contrário, existia o risco até de improbidade administrativa do Governador. Dispus-me inclusive a buscar essa saída técnica.

Posteriormente, o Governo do Estado, através do seu Líder aqui nesta Casa, convocou a todos os Líderes da Oposição, de Partidos, para irem a Brasília para tentar resolver. E nós mandamos, inclusive, um representante do nosso bloco, que é composto pelo PL/PV/PRB/PSB, para que demonstrássemos não só ao Governo do Estado, mas à sociedade do Paraná que nós empunhamos juntos a bandeira da devolução dessa multa.

Porém, uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. E, infelizmente, o que criaram hoje no Paraná, Deputado Elio Rusch, é: “o Ferreirinha da contabilidade pública”. Por quê? Ontem, o Deputado Jocelito Canto - e eu até pedi calma para ele naquele momento, porque realmente nos últimos dias tenho me dedicado a verificar...

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

... se realmente não poderia ter eu incorrido em erro, mas, V. Exa. estava certo ontem, porque o prazo para que o Tribunal de Contas apresente o parecer prévio ao Legislativo sobre a prestação de contas do executivo, deverá ser feito em 60 dias do prazo da publicação, e o prazo da publicação era 31 de maio, apesar de a Secretaria da Fazenda ter divulgado na imprensa que não poderia ter feito, porque não tinha ainda feito a apresentação na Comissão de Orçamento.

Uma coisa é a apresentação na Comissão de Orçamento. A publicação no Diário Oficial e a divulgação na internet é outra coisa, que é dia 31 de maio. Se o senhor contar, verificará que estão abrindo precedente aqui no estado do Paraná. E por que esse precedente? Porque precisavam de tempo, e esse tempo, mesmo com 1 mês de atraso para fazer a prestação pública ontem e passar para a próxima segunda-feira, como se isso fosse interferir no processo. Infelizmente não vai adiantar ao Governo, infelizmente, também, o Líder do Governo não está aqui.

Agora, porque falo do “Ferreirinha da contabilidade pública” aqui?

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, no dia 30 de janeiro foi publicado no Diário Oficial do Estado, o demonstrativo e o relatório do orçamento e o relatório de gestão fiscal de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2006. E lá, estava previsto em crédito a receber, 195 milhões, 613. Aqui incluídos aqueles 165 milhões dos créditos que ainda não recebemos.

Mas, era tão líquido e certo, que um dia antes da prestação de contas, o Deputado Romanelli subiu na tribuna do Governo e disse que ia propor um título de Cidadão Honorário ao Ministro da Fazenda, porque ele já tinha ligado e dito que estaria liberando 100 milhões e na sequência viria o resto.

Pois bem, falei que estava disposto, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, a encontrar uma saída técnica, porém o Governo achou mais fácil achar uma saída mandraque, mágica. Infelizmente não sei, não tem mais nada a ver com a Assembleia Legislativa o que o Poder Executivo fez no dia 15 de junho, porque infelizmente ele zombou de todo este Poder, de todos os Deputados, da imprensa e do povo do Paraná - simplesmente vai ao Diário Oficial no dia 15 de junho e publica outro relatório, outro balanço, Deputado Augustinho Zucchi, e aqui, misteriosamente, somem os 195 milhões.

Portanto, amigos da imprensa, esqueçam tudo o que eu falei dos créditos que haviam sido contabilizados,

eles sumiram desde o dia 15 de junho, sumiram do orçamento do estado.

E pasmem vocês, aqueles 12 milhões que o Dr. Nestor falou que era o dinheiro que estava no Banco do Brasil, na verdade viraram 295 milhões, Deputado Jocelito Canto, e misteriosamente fizeram aqui - não vou mais falar em engenharia e nem maquiagem - sumiu lá das obrigações R\$ 600 milhões. É muito grave o que ocorreu no estado do Paraná. Eu sabia que algo estranho estava ocorrendo desde a semana seguinte daquela prestação de contas onde eu perguntei, e perguntei sem nenhuma pretensão, baseado no que tinham lançado esses títulos como dinheiro em caixa, porque nunca vi créditos a receber sem dinheiro em caixa. E na semana seguinte o Governo do Estado colocou no site dele, na página do Governo do Estado, ofensas a minha pessoa dizendo que eu jamais poderia ter feito esse tipo de pergunta. E mais, misteriosamente, quando eu subi aqui e falei da Lei da Responsabilidade Fiscal, no artigo 42 diz que não pode contabilizar e deixar restos a pagar mais do que dinheiro em caixa - sumiu, de um dia para o outro sumiu e se vocês procurarem não vai ter mais essa notícia no site do Governo.

Pois bem, a partir dali eu vi que “algo de podre ocorria no reino da Dinamarca” aqui no estado do Paraná. E a partir daquele dia começou uma sucessão de erros, uma sucessão de encenações, Deputado Jocelito Canto, que este Poder não pode ser conivente, este Poder vai ter que fazer o que manda a Constituição. Se incorreram em crimes contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, teremos que perseguir, porque caso contrário o Ministério Público vai perseguir, vai afastar, vai condenar por improbidade administrativa e nós vamos ficar aqui como fomos a Brasília: fazendo coisas para o inglês ver.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Permite um aparte Deputado?

(Assentimento)

Até para que V. Exa. tome fôlego, porque o assunto é realmente muito sério. Beba da sua água para se acalmar, e com razão de estar alterado, porque a denúncia é extraordinariamente séria.

Já que o senhor faz um apelo para este Poder organizar-se e não deixar passar esta situação impune, ou pelo menos que seja feita uma investigação mais apurada, mais séria dos fatos, aproveito o ensejo do meu aparte para fazer um apelo para o 4º poder ou o 3º poder...

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Ou o melhor poder.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

...é, porque o Governador que aí está, costuma, em verso e prosa, tantas quantas vezes tenha oportunidade, dizer que a imprensa ou a sua maioria, a imprensa do nosso estado não é mais imprensa séria, que omite os

grandes, entre aspas, feitos do seu Governo e só publicam o que interessa.

A imprensa que eu estava observando, o semblante da maioria dos jornalistas, alguns sequer deram atenção ao que o senhor está falando. Então, por isso faço um apelo para que a imprensa aproveite este ensejo e divulgue maciçamente esta denúncia, que diga-se de passagem, é muito séria. É muito séria a ponto de ser imputado ao Governador responsabilidades até de impeachment, penso eu.

Então, este poder que aí está, a imprensa, venha e abrace esta causa junto com o Poder Legislativo, para que seja colocada em pratos limpos toda esta situação.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado Reni Pereira?

(Assentimento)

Só para cumprimentar V. Exa., tenho seguido seus passos, hoje pela manhã ouvi a Sessão de prestação de contas daquele dia. Tenho aquele péssimo costume de gravar tudo e guardar tudo com muito carinho. Estava ouvindo exatamente o que V. Exa. disse aí, ouvindo a sua voz e a do Secretário Bueno. Estou realmente abismado com o que V. Exa. está falando, essa questão de publicar duas vezes o mesmo relatório ou querer maquiar na sequência.

Sr. Presidente, isso é muito grave. Mas grave foi o que aconteceu ontem, quando o Tribunal de Contas do Paraná pediu adiamento para julgar as contas do Governo do Estado. Nós votamos aqui, rapidamente, ontem, no início da Sessão.

Deputado Reni Pereira, tem a ver também com o Tribunal de Contas que pediu para esticar a prestação de contas. Se V. Exa. ver na Ordem do Dia de hoje, tem 3 requerimentos meus, pedindo informações ao Tribunal de Contas, exatamente, de tudo isso que V. Exa. está fazendo neste momento. Esta é a denúncia mais grave do Governo Requião nos últimos tempos.

Parabéns, para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só um questionamento, V. Exa. tinha dito que o Deputado Reni usaria o horário do partido dele. Portanto o horário do bloco está livre para ele usar?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Edson Praczyk, o horário do partido, obviamente, é o horário do bloco. Foi uma falha de comunicação desta presidência.

Deputado Reni Pereira, V. Exa. tem o tempo para concluir. Dois minutos para que V. Exa. possa concluir.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pela benevolência, Deputado Augustinho Zucchi.

Vou fazer um apelo aqui ao Deputado Dobrandino, já que o Líder do Governo não está aqui, e ao Deputado Rossoni, Líder da Oposição, porque V. Exas., talvez o Secretário da Fazenda conheça, já que eu, ele afirmou que nunca ouviu falar quem é o Deputado Reni Pereira. Talvez ele esteja pensando que o Deputado Reni Pereira ainda é o Auditor.

Não sei se felizmente ou infelizmente, estou licenciado, estou na função de Deputado como qualquer um dos outros 53, cumprindo o papel que nos foi delegado e autorizado pelo povo do Paraná.

Vou fazer um apelo ao Deputado Dobrandino que foi Líder do Governo e ao Deputado Valdir Rossoni, que perguntem na segunda-feira, porque eu, provavelmente, na segunda-feira, não falarei nada, porque o que eles vêm aqui fazer é coisa para inglês ver, mostrar aquelas transparências e se eventualmente algum Deputado disser: “Não, mas aqui está errado”, eles vêm depois e mostram outros, afinal de contas assim está sendo contumaz no estado do Paraná.

Mas, que V. Exas. perguntem ao Secretário demissionário que anunciou, mas não saiu. Qual dos balanços é verdadeiro ou os 2 são falsos? Aquele de 31 de janeiro, que eles contabilizaram como dinheiro em caixa os títulos que não receberiam e que depois fizeram uma novela levando todos os Deputados do Paraná, os representantes das siglas partidárias, ou esse de 15 de junho, que não sei ainda qual foi a mágica que fizeram.

Tomara, Deputado Dobrandino, tomara que não tenham mexido na ParanaPrevidência, porque se fizeram isso a coisa é pior ainda. Porque do jeito que estão tentando consertar e eu me dispus, aqui nesta tribuna, a contribuir com o Governo para acharmos uma saída técnica. Saída mágica e saída mandraque, ele que assuma sozinho, mas que arque com as consequências.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Reni, V. Exa. faz obviamente uma denúncia que é inerente a Casa, porque a prestação de contas pelo Governo é um ato da Lei de Responsabilidade Fiscal e é feita aqui. Então, não tem balanço de junho ou de janeiro, tem aquilo que foi apresentado por esta Casa.

Peço a V. Exa. que veja, tem aí as notas taquigráficas, tem o próprio CD que o Governo encaminhou para cada Sr. Deputado. Depois pretendo repassar ao Presidente Nelson Justus aquilo que pode ser feito, porque obviamente

foi um ato oficial a vinda do Secretário para prestação de contas conforme prevê a lei.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Como oficial tem que ser todos os atos do Governo em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal. A publica-

ção e a prestação de contas que foi feita aqui foi publicada na Edição 7400 do Diário Oficial de 30 de janeiro, na página 6, e a nova publicação foi feita na Edição 7493 de 15 de junho de 2007, página 19. O quadro do artigo 55 que mudou, onde retiraram os créditos a receber na ordem de 195 milhões, porém, alteraram os restos a pagar saindo de 12 milhões de suficiência financeira para mais de 290 milhões.

Deixo aqui as duas publicações, e como V. Exa., acho que esta Casa fez o que tinha que fazer, que é realmente fiscalizar a execução, mas a partir do momento em que a lei é clara em relação a alguns atos, aí já passa a ser algo em relação ao Poder Judiciário e não mais ao Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deputado Reni Pereira, nós vamos discutir por ordem dos encaminhamentos.

Dezessete mil reais é o preço de uma vida aqui no Paraná, nas mãos do atual Secretário da Saúde do Estado do Paraná. Dezessete mil reais é o preço de uma vida de um garoto de uma favela, pobrezinho, sem pai, garoto da Carta de Puebla.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. teve muitos votos na cidade de Santa Helena, mais do que eu. Fiz alguns votos lá porque fui radialista por duas ocasiões e mesmo não fazendo campanha lá recebo alguns votos e estou indignado, hoje, Sr. Presidente, ao abrir as notícias e descubro que um pequeno bebezinho de 2 meses de vida morreu em Santa Helena. Sabe porquê morreu? Morreu porque não tinha R\$ 17 mil para pagar a UTI. Igor da Rosa, que desde quinta-feira, dia 21, estava aguardando uma vaga de UTI e não tinha UTI para salvar aquela vida. Aquele bebezinho morreu ontem em Santa Helena porque não tinha R\$ 17 mil, que é o preço de uma vida.

Tenho falado aqui e algumas pessoas têm brincado, que o Governador disse uma vez que UTI não salva vidas! Salva, sim, Sr. Governador! Salva vidas, sim! O senhor, disse uma vez, brincando, que se UTI salvasse vidas, o senhor iria colocar uma UTI no Canguiri e nunca mais iria morrer. Não. Não precisa, não. Precisa colocar UTI lá em Santa Helena, lá em Cascavel, para que essas crianças como o Igor da Rosa, não morram por falta de um leito de UTI. Esse, morreu. Esse garotinho morreu, Sr. Presidente, morreu porque não pôde pagar uma UTI. Não tinha uma UTI. Desde quinta-feira na fila de espera. Desde quinta! Esperando! Nada! Morreu ontem, lá em Santa Helena, um menino indefeso, sem ninguém gritar por ele, morreu, em Santa Helena. Uma vida se salva? Salva!

Há questão de 15 ou 20 dias atrás, eu salvei um garotinho, um pouquinho maior que esse. Dezessete mil reais, custou. Aqui no Hospital Vita. Dezessete mil reais! Está vivo, o guri! Agora, o Governo ainda brinca, dizendo que as UTIs não salvam vidas.

Vamos voltar, daqui a pouco, no horário do PTB, mas só para concluir, vamos voltar para falar sobre UTIs, porque temos muito para falar de UTIs. Agora volto a dizer: comecei falando em R\$ 17 mil. Terminando dizendo: R\$ 17 mil é o preço da vida de um garotinho pobre, um menininho simples de Santa Helena. Se ele tivesse os R\$ 17 mil, quem sabe ele estaria vivo, como aquele garotinho lá de Ponta Grossa.

Sr. Presidente, até daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi com muita atenção a denúncia feita pelo Deputado Reni Pereira. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação que rege a administração pública impõe responsabilidades ao Executivo, como também impõe responsabilidades ao Legislativo. Pois bem, o que é que assistimos aqui, Deputado Reni Pereira? O Governo do Estado tem por obrigação fazer Audiência Pública para expor o quadrimestre do exercício financeiro anterior. Ou seja, em fevereiro deve expor o quadrimestre do ano anterior: setembro, outubro, novembro e dezembro. No mês de maio, ele deve expor o quadrimestre financeiro de janeiro, fevereiro, março e abril. No mês de maio.

Nós já estamos no final de junho e ainda não aconteceu a Audiência Pública que, por obrigação da lei, deveria ter acontecido. No mês de setembro, deve-se expor o quadrimestre de maio, junho, julho e agosto. E foi isto o que aconteceu aqui na Assembléia, na Audiência Pública realizada neste Plenário. No mês de março e não no mês de fevereiro.

O Deputado Reni Pereira levantou os números. Deputado Romanelli, V. Exa. que é Líder do Governo, nós que somos Deputados da Oposição respeitamos o Governador, como Governador. Nós não concordamos com a forma de administrar o estado do Paraná e com o desrespeito que ele tem com certos setores da sociedade.

Pois bem, vamos entender o que é a Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, que está presidindo os trabalhos hoje e Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa. Se tem uma coisa que tem que ser respeitada, são os Poderes. O Poder tem que ser respeitado, ainda mais quando se trata de uma Audiência Pública, quando são transmitidos números para a sociedade do Paraná. O Deputado Reni Pereira levanta o Diário Oficial do mês de janeiro e nesse mês foi publicado o balanço do estado do Paraná e ele levanta outro Diário, do

mês de junho, que não república, ele não faz uma ratificação e nem uma retificação do balanço. Ele publica 2 balanços, sendo um publicado em janeiro e outro publicado no mês de junho e com números totalmente diferentes.

Srs. Deputados e imprensa do Paraná, na Audiência Pública que aconteceu no mês de março, o Deputado Reni Pereira, nós questionamos alguns itens do relatório apresentado e entre os itens apresentados eles colocaram como ativo disponível, títulos, a receber, que foi questionado pelo Deputado Reni Pereira, porque título a receber não é do ativo disponível. Ora, ativo disponível é dinheiro em caixa, dinheiro no banco ou aplicações. Não existe outra forma de ter ativo disponível.

Passa a usar o horário da Liderança dos Democratas

Nós entendemos, Srs. Deputados, que quando o Governo usou os títulos a receber para fechar o seu caixa, e questionamentos e a imprensa mostrou para a sociedade do Paraná inteiro que a Oposição não estava concordando com esse artifício para fechar o caixa para ter uma sobra de R\$ 12 milhões, o que é que se fez agora?

Srs. Deputados, isso é grave! Isso é gravíssimo, o que o Deputado Reni Pereira levanta! Estão aqui os quadros. Títulos a receber foi publicado e não só publicado, mas aqui na Audiência Pública transmitida no Poder Legislativo e agora em junho desaparecem os títulos a receber. Mostra que estávamos certos! Qual é a engenharia usada?

E daí alguém pode dizer, Srs. Deputados: “Os valores são preliminares.” Mas espera aí, valores preliminares discutidos em uma Audiência Pública, quando nós discutimos alguns itens! E agora desapareceram!

Segunda-feira teremos uma Audiência Pública, mas apenas para mostrar o acompanhamento do desempenho do orçamento financeiro deste ano. Não se vai falar em fechamento de caixa, não se vai falar sobre outros números mais importantes. Ora, vou um pouco mais além: em 2003, quando o Roberto Requião assumiu o Governo após a sua eleição em 2002, ele cancelou alguns empenhos e abriram o orçamento, Srs. Deputados, de 2002, abriram o orçamento e quem assinou o balanço em 31 de dezembro de 2002 foram pessoas que foram nomeadas no Governo Roberto Requião. Ora, 1º de janeiro foi um outro Governador, 31 de dezembro o Sr. César Ribeiro, segundo nos consta, não tinha sido nem nomeado ainda, e como é que ele assina um balanço, o fechamento do caixa do Governo anterior? Avançaram não no exercício anterior, avançaram e abriram o orçamento, a contabilidade e o balanço do Governo anterior! São algumas indagações que têm que ser feitas!

Agora querer falar, Deputado Traiano, que os números apresentados na Audiência Pública foram preliminares, então vamos cancelar a Audiência Pública de segunda-feira, então não precisa ter, porque se brinca de Audiência Pública, se brinca com o Poder Legislativo, se

brinca com os Deputados, se apresenta os números, fecha-se os balanços, quando nós contestamos esses números naquela ocasião, e agora apresentam um outro balanço.

São essas coisas, Deputado Romanelli e Srs. Deputados, que não podemos concordar, não tem forma! Não sou técnico, não sou especialista na área econômica, quem sou eu para discutir com Nestor Bueno, quem sou eu para discutir com o Secretário que eu respeito, eu tenho admiração por ele, que é o Heron Arzua, que é o Secretário da Fazenda do Governo do Estado, que tem todos os números, que tem todos os técnicos, toda tecnologia, toda a sua equipe ao seu redor para apresentar os números. Agora, o que nós constatamos, o que não podemos aceitar é quando se brinca de fazer Audiência Pública. Essa é a verdade! Se brinca de fazer Audiência Pública!

Eu entendo, Srs. Deputados, que a situação que o Deputado Reni Pereira levanta, é gravíssima, e diante desses 2 balanços publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná, acho que caberia apenas uma saída para ver se estamos certos, se a Secretaria está certa: uma auditoria nas finanças pela Secretaria do Tesouro Nacional, STN, e vir aqui fazer uma auditoria das finanças do estado se nós estamos certos ou se a Secretaria está certa.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço muito, Deputado Elio Rusch, e quero dizer a V. Exa. o seguinte: eu, lamentavelmente, havia sido convocado pelo Presidente, fui até a presidência, não pude ouvir, ouvi em parte o pronunciamento do Deputado Reni no horário da Liderança do Governo, vou aprofundar o tema, mas quero dizer que V. Exa. está redondamente enganado, o Governo anterior deixou um rombo de R\$ 223 milhões, e vou dizer: o Governo que terminou em 2002 - eu não vou dizer o nome, Deputado Pugliesi, porque senão ofende quando eu falo o nome de quem era Governador nesse período - mas o Governo que terminou em 2002 deixou um rombo de R\$ 223 milhões. Vou dizer mais, Exa., essa questão dos balanços, eu sei que V. Exa., Deputado Elio, tem amor pelo nosso estado, mas pedir para a Secretaria do Tesouro Nacional vir aqui para confiscar ainda mais o nosso dinheiro, do sagrado dinheiro do imposto que o paranaense paga...

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: como não tenho tempo no horário da Liderança do Governo, vou esclarecer, de forma definitiva, as afirmações feitas pelo Deputado Reni Pereira que, efetivamente, com base nos valores provisórios que foram apresentados aqui na Audiência Pública, fez determinados tipos de ilações. Os números estão no balanço consolidado, publicado, e V. Exas. verificarão que não há uma suficiência de caixa de apenas 12 milhões, mas de mais de 200 milhões de reais.

Falarei sobre isso na Liderança do Governo para não atrapalhar o pronunciamento de V. Exa.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio, na verdade, volta aquela velha técnica: justificar o erro em cima do erro do outro.

Hoje, quero prestar uma homenagem, cumprimentar, ser solidário na tristeza da nossa assessoria jurídica, Dra. Lídia, que faleceu seu pai, mas é só irmos buscar, agora, a prestação de contas de 2002 e vamos verificar que o Deputado Romanelli, que também não tem obrigação de saber porque não era Deputado, mas está totalmente equivocado no seu encaminhamento.

Cumprimento V. Exa. porque, não tenha dúvida, todos os indícios de escândalos que tem neste Governo, somados, não são tão graves quanto o não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sei que o tema é palpitante, porque envolve a questão econômica do estado do Paraná. Agora, o que nos estranha muito, Sr. Presidente, é que o Líder do Governo acaba de levantar agora, mais uma vez, um balanço lá de 2002. Já se passou um Governo, vem outro Governo, e se fala de novo. Ora, se o Governo passado errou e foi tão condenado, na época, pela Oposição e, hoje, quem está no Governo, que não sirva de exemplo os erros do Governo passado para este Governo. Se o Governo passado errou, então que este Governo não erre.

Vamos fazer as coisas certas, mas, principalmente, Srs. Deputados, o que tem que ser respeitado é o Poder Legislativo. Não podemos aceitar brincadeiras, “fazer de conta” em uma Audiência Pública. Ora, a Audiência Pública foi realizada para a sociedade do Paraná e nesta Casa de Leis. Agora, temos aqui, Deputado Romanelli, 2 balanços publicados: um em janeiro, que foi confirmado na Audiência Pública. Ora, se houve erros em janeiro, será que não conseguiram descobrir os erros em março quando vieram, aqui, na Audiência Pública? Já havia passado 3 meses do atual Governo e não descobriram?

Não foi uma retificação do balanço, foi uma nova publicação de 2 balanços no estado do Paraná. Só espero, Sr. Presidente, que esta Audiência que vai acontecer, segunda-feira, quando vão apresentar os números para nós, daqui a 2, 3 meses, não venham divulgar outros números dizendo que esses foram preliminares, que essa Audiência não valeu, que os números apresentados não foram esses que foram discutidos pelos Deputados. Então, não vamos fazer Audiência Pública! Venham, falem e nós discutimos!

Seria isso. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muita satisfação vir a esta tribuna. No dia de hoje foi lançado em Brasília, o Plano Safra 2007/2008 para a agricultura familiar. São 20% a mais de recursos comparado com o ano agrícola anterior. Serão R\$ 12 bilhões só para o público alvo do PRONAF.

A novidade, além dos 20% a mais, os juros também serão bem menores, a diminuição chegará a 50%.

O Ministro Cássio anunciou hoje pela manhã, nosso Secretário da Agricultura acompanhou o lançamento desse programa e o Paraná, sem sombra de dúvidas, vai ser o estado que vai aportar o maior volume de recursos para essas modalidades.

Além disso, outras novidades são de que as modalidades de PRONAF, o recurso por modalidade será ampliado das classes A, B, C, D e E. Todos terão um aumento do volume de recursos de acordo com a modalidade. Isso é muito importante. Com a baixa do juro, com o aumento do recurso, a agricultura familiar ganha com isso.

Outra notícia importante relacionada à nossa agricultura no estado: o Governo do Estado do Paraná, através do Secretário da Agricultura, celebrará num médio prazo convênios com cooperativas na área de assistência técnica e extensão rural. Há uma parceria do MDA com a SEAB que, além dos técnicos, serão contratados via concurso público da EMATER, programas que têm caráter e tempo predeterminado. Serão contratados profissionais via convênio entre cooperativas, associações de produtores, isso dará celeridade na implantação de programas ligados à agricultura familiar.

Essa medida vai acontecer, é muito importante, porque ampliará e dará maior rapidez na implementação de programas e projetos que atendem a agricultura familiar.

Nós acreditamos e os dados têm mostrado isso: está diminuindo a evasão do homem do campo para a cidade, Deputado Cheida, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar com o programa do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

Ampliação do volume de recursos do PRONAF. Quando o Lula começou o Governo, os recursos eram da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Hoje, já somam R\$ 12 bilhões. Os volumes, cada ano que passa, sobem pelo menos 20%. Isso é muito importante e está dando reflexo direto na agricultura, diminuindo a pobreza rural, fazendo o crédito chegar para quem precisa mais do recurso.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado pelas palavras.

Deputado Antonio Belinati com a palavra.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, nobre Deputado Kielse, Deputado Pedro Ivo, Deputadas, Deputados, funcionários e funcionárias do INCRA, sejam bem-vindos.

Permitam-me, pode ser até primário o que vou ler aqui, mas são alguns pontos que dizem respeito à finalidade do INCRA. É possível que muita gente não conheça quais são todas as atribuições de quem integra o INCRA, não só no Paraná, mas no Brasil inteiro.

As atribuições de quem trabalha no INCRA: atendimento nos municípios. Até hoje, para o trabalhador rural se aposentar, tem que pegar uma certidão no INCRA. Emissão de certificado de cadastro do imóvel para os detentores de imóveis rurais, necessário para a obtenção de crédito. Então, quem tem uma propriedade rural, para sacar dinheiro no banco, tem que passar pelo INCRA. Fiscalização do cumprimento da função social dos imóveis rurais; vistorias dos imóveis para desapropriações, assentamentos dos trabalhadores rurais, o Governo vem prometendo há tempo a reforma agrária, ela tem sido feita, não na velocidade que deveria ser feita, mas daí o grande papel de cada servidor e de cada servidora do INCRA, dar a sua contribuição ao Governo para o assentamento, o assentamento também para a reforma agrária.

São muitas as atribuições do INCRA: emissões de declaração - bom, eu vou pedir permissão para não ler tudo, se não vamos gastar o tempo - já deu para entender, Sras. e Srs. Deputados, que o INCRA tem um papel importante para o nosso país e que portanto seus funcionários e funcionárias têm que merecer de todos nós e sobre tudo do Governo que está em Brasília, o devido respeito, porque...

(Aplausos)

...você vê que o pessoal, mesmo com o salário lá embaixo, salário tão pequeno que precisa colocar um binóculo para enxergar o salário, ainda o pessoal é cheio de entusiasmo, vida e alegria. Que Deus conserve esse entusiasmo!

Bem, o Governo, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, parece totalmente desinteressado com o grande papel que está reservado ao INCRA. Morre funcionário, aposenta funcionário, funcionário pede demissão - há uma previsão que de 5 mil funcionários do INCRA, no máximo em 5 anos, quase 1700 vão estar aposentados e o Governo não fala nada em repor. Ora, se não vai repondo, funcionário morre, pede aposentadoria, pede demissão, será que o Governo quer fechar o INCRA? É evidente que não é isto, mas o Governo precisa criar, inclusive, condições de trabalho, condições dignas.

Agora, como é que pode, Sras. e Srs. Deputados, Srs. jornalistas, eu vou ler aqui, prestem atenção: qual é o piso salarial de colegas desse pessoal que está nas galerias da Assembléia Legislativa, que é o pessoal do INCRA? Qual é o piso salarial de quem trabalha para o mesmo patrão, o mesmo patrão é o Governo Federal, é

patrão do pessoal do INCRA e é patrão desse pessoal que eu vou ler aqui - por exemplo, no DNPM, podem me criticar, mas eu não sei o que é, um órgão do Governo Federal, DNPM, nesse órgão do Governo Federal, cujo patrão é o Lula, o mesmo Lula, o piso salarial é de R\$ 1.399 por mês, o piso. Vejamos agora o IPEA, o patrão é o Lula, Governo Federal, o patrão Lula paga de piso para os servidores do IPEA R\$ 1.610 reais por mês. Para os funcionários do DNIT, outro órgão do Governo Federal, patrão Lula, ele paga para os servidores do DNIT um piso de R\$ 1.113 por mês. Para o pessoal do IBAMA, todos os setores do Governo, importantes, com exceção desse DNPM que eu não sei o que é, mas se é do Governo Federal deve ter a sua atribuição importante, o pessoal do IBAMA merece ter um piso salarial bom, para o IBAMA, o patrão Lula paga o piso de R\$ 1.111 por mês. Agora vem o piso dessa gente sofrida do INCRA - isto é uma humilhação, minha gente - o piso para o pessoal do INCRA é de R\$ 282 por mês...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto V. Exa. se vai fazer uso do horário da liderança do seu partido?

(**Assentimento do orador**).

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

... inclui-se aí gratificação, mas aí está o perigo também - no INCRA é proibido ficar velho - não fiquem velhos, por favor, não envelheçam, não queiram chegar nunca à aposentadoria. No INCRA é proibido se aposentar, porquê? Porque se aposentando no INCRA, vocês vão levar para a aposentadoria R\$ 282. Aquela gratificação que está embutida no salário, só vai contar uma fatia bem pequena da gratificação que vai ser incluída na aposentadoria do pessoal do INCRA.

Então, é proibido se aposentar. Se eu fosse servidor do INCRA ia querer trabalhar até a morte, porque você tem um salário, tem uma gratificação e de repente dá uma queda brutal no dinheiro que você vai levar todo o mês para casa. O que é que vai fazer o pessoal do INCRA? Será que o Governo está querendo que o pessoal do INCRA, quando se aposentar, vá vender banana nas esquinas - com todo o respeito a quem vende banana, que é uma profissão digna - mas não é isso que o servidor do INCRA tem direito.

Sr. Presidente, quero aqui em nome do nosso Líder Duílio Genari, que me pediu para trazer essa palavra para expressar a vocês, funcionários e funcionárias do INCRA, a nossa solidariedade, o nosso desejo. Nós aqui não temos poder nenhum para apresentar nenhum projeto para melhorar o salário de vocês, nem para aumentar o piso salarial, e nem para criar as condições dignas de trabalho que vocês reivindicam, porque paralelamente ao pedido de aumento de salário, de aumento do piso, o que

quer, acima de tudo, o pessoal do INCRA, são condições dignas e humanas para poderem fazer um bom trabalho em cada cidade do Paraná.

Mas, o que queremos é sensibilizar Deputados Federais, Senadores, o Ministro da Reforma Agrária e o próprio Presidente Lula, porque se em cada Assembléia Legislativa do Brasil, se em cada Câmara de Vereadores, se em cada Parlamentar que recebeu voto de vocês, porque os 513 Deputados que estão em Brasília, Deputados e Deputadas, muitos deles foram votados por vocês, para representar o Paraná, em Brasília.

Então, o nosso desejo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que os nossos Parlamentares, Senadores, Ministros e o próprio Presidente Lula dê aos servidores e servidoras do INCRA o tratamento respeitoso e o salário justo que essa categoria tem direito. Contem com o nosso apoio.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do Grande Expediente está com a palavra o representante da Associação dos Servidores do INCRA, o Sr. Rossoni Barbosa Lima.

Deputado Tadeu Veneri, pode apresentá-lo.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Recebemos hoje, com muita alegria, o representante do INCRA e meus companheiros do INCRA, até porque entendemos que a paralisação que está ocorrendo neste momento, é obviamente fruto de um debate intenso que é feito no INCRA.

Mas entendemos também que há um esforço do Governo Federal para que possamos chegar a um acordo e, que esse acordo contemple os trabalhadores e contemple o Governo.

A Deputada Luciana bem me lembrava que temos aqui também, em que pese todos os dados que foram apontados e que são absolutamente verdadeiros, temos hoje uma situação que é distorcida na categoria, porque se de um lado o INCRA tem hoje no seu teto R\$ 2 mil 340, esse teto é composto na sua ampla maioria, porque teto é de R\$ 387. Dois mil 340 são por gratificações, que são acrescidas. Se o piso é de 282, Deputado Belinati, e o teto chega a 1.731 por gratificações, um dos questionamentos que se faz, e eu tive a oportunidade de estar nas assembléias, é justamente que essas gratificações possam vir a ser incorporadas aos salários, para que quando esses trabalhadores tiverem o tempo hábil para a sua aposentadoria, não o façam e o recebam apenas pelos valores do piso e, sim, também, por aqueles valores que hoje são considerados gratificações.

Este é um dos temas que, certamente, com muito mais propriedade, vai ser abordado aqui. Mas o objetivo

principal de recebê-los é fazermos, a partir da intervenção do companheiro do INCRA, nós temos dessa Assembleia uma moção do Governo Federal, o MDA, o INCRA, as diretorias regionais, para que possamos ter o mais rápido possível uma solução que contemple os trabalhadores para esse conflito que não interessa ao INCRA, porque tem a obrigação de fazer a reforma agrária, não interessa ao Governo, porque também tem a obrigação de fazer a reforma agrária e muito menos aos trabalhadores, porque têm o compromisso de fazer a reforma agrária.

Sejam muito bem-vindo, é uma satisfação tê-los aqui.

Obrigado!

Sr. Rossini Barbosa Lima - Representante da Associação dos Servidores do INCRA

O SR. ROSSINI BARBOSA LIMA

Boa-tarde a todos!

Nós, servidores do INCRA, ocupamos este espaço democrático concedido por esta Casa para falar aos representantes do povo paranaense e por esta via alcançar toda a população deste estado. Nós, servidores do INCRA, entendemos que o INCRA como organismo federal é também importante na questão direta do estado do Paraná, envolve diretamente a vida de todos nós que vivemos neste estado.

Ocupamos este espaço, gentilmente cedido a partir do requerimento encaminhado pelo Deputado Tadeu Veneri, ao qual agradecemos desde já, para tentar demonstrar aos Srs. Parlamentares e por via de consequências à população paranaense, qual é a importância do INCRA nesse contexto do estado do Paraná.

O INCRA neste estado do Paraná está distribuindo em 3 pólos. Eles tem uma Superintendência Regional aqui em Curitiba e duas unidades avançadas, uma em Cascavel e outra em Francisco Beltrão.

O INCRA no estado do Paraná tem 150 funcionários, uma estrutura bastante pequena que vem diminuindo todo o tempo, e que responde nesse estado do Paraná por duas grandes questões: ordenamento fundiário, ordenamento da estrutura de propriedades rurais e numa dimensão maior a reforma agrária no estado do Paraná.

Como o Deputado Belinati informou, uma das fundamentais atividades do INCRA é o controle da estrutura fundiária por meio dos municípios. Por meio de convênio, 390 dos 399 municípios do estado, o INCRA controla toda a situação fundiária do estado. Assim é que cada transferência de imóvel rural, cada desmembramento leva necessariamente a autorização do INCRA. O INCRA, nesse contexto, controla todo espaço territorial do estado do Paraná. Também faz e é responsabilidade institucional do INCRA fazer a regularização fundiária das propriedades que estão sob a jurisdição do território federal. E para os senhores paranaenses atentarem, sob a

jurisdição federal está 1/3 do território paranaense, praticamente. Toda faixa da fronteira internacional é jurisdição da união e cabe ao INCRA regularizar essas propriedades.

São mais de 100 mil propriedades que compreendem mais de 100 municípios que carecem da regularização fundiária, carecem da regulamentação dos títulos da propriedade. Para isso, o INCRA conta hoje com duas unidades na cidade de Cascavel e Francisco Beltrão, que tem tão somente 30 funcionários, 18 numa, 12 na outra. Além do mais, cabe ao INCRA também, por um dispositivo legal e recente, a regularização dos territórios quilombolas e dos territórios das populações tradicionais.

No Paraná já estão identificados mais 90 territórios quilombolas, certificados pela Fundação Palmares do Governo Federal. Mais de 30 e só estão em trabalho 2, pela absoluta carência de funcionários, de servidores.

Este é quadro que o INCRA apresenta, que vai ser bastante agravado quando compararmos com a atividade principal do INCRA, que é a reforma agrária. A reforma agrária, hoje o INCRA dirige cerca de 300 assentamentos, que contemplam mais de 18 mil famílias, em torno de 70 a 80 mil pessoas e o INCRA gerencia isso com 150 servidores. No Paraná, o contexto de trabalhadores rurais sem-terra a serem assentados, é bastante elevado.

Então, Srs. Parlamentares, o que notamos, aquilo que reivindicamos para além do salário, que o Deputado Belinati muito bem expôs na tribuna, é de fato o fortalecimento do INCRA. O INCRA precisa ser fortalecido, reestruturado, para cumprir aquilo que a letra da lei determina. O INCRA precisa, de fato, recompor seus quadros. No Paraná, somos 150 servidores. No Brasil, 6 mil. E desses 6 mil servidores, metade pelo menos se aposenta até 2011. É preciso que o INCRA recomponha essa força de trabalho.

É fundamental, também, que o INCRA reestruture sua organicidade, para recuperar atribuições, explicitar atribuições que foram, de algum modo, relegadas a um plano inferior. A regularização fundiária na fronteira e os Parlamentares desta região compreendem bem isto, está parada há bastante tempo. Recentemente, a questão da ratificação das terras na fronteira do Paraná foram discutidas no plenário do Congresso e na Comissão de Agricultura, levados por um Senador aqui do Paraná. É importante que o INCRA se reestruture para isto.

De 2003 para cá, o Governo Federal vem implementando - e isto é preciso reconhecer - estes espaços, no sentido de fortalecer o INCRA. Só que o faz de forma bastante lenta. Assim é questão de ordem. O INCRA, para recompor sua força de trabalho, obteve como autorização parlamentar uma lei que aumentava seus quadros em mais 4 mil e 500 servidores, cerca de 100 para o Paraná. Destes 4 mil e 500, foi feito um concurso para 1.300 e não mais do que isto.

Então, reivindicamos, hoje, o concurso para o restante dos servidores. É fundamental que este processo prossiga. Continue e continue de forma acelerada, de

modo a que alcance, em breve tempo, o nível de compensação das aposentadorias que estão por vir.

Por outro lado, o nível salarial do INCRA não atrai ou atrai menos pessoas a ingressarem na instituição. O nível salarial do INCRA, como o Deputado Belinati leu, está abaixo - bastante abaixo - do nível federal das instituições que têm competência similar: o IBAMA, o DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral, espécie de MINEROPAR do Governo Federal; o DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte e alguns outros organismos que têm uma competência similar, são autarquias e são fundações, como o INCRA é uma autarquia federal.

É importante, neste contexto, lembrarmos que no ano 2000 nós tínhamos um nível salarial idêntico. E de 2000 para 2007 nós hoje chegamos a uma remuneração em torno de 60% dessas carreiras. E é para isso que lutamos. Lutamos para que o INCRA seja fortalecido e reconhecido, e por via de consequência, o salário de seus servidores também o seja. Esse avanço salarial que o INCRA obteve recentemente é mínimo. O salário do INCRA como bem leu o Deputado Belinati, é composto de 85% de gratificações provisórias que oscilam ao longo da carreira profissional e que na sua maior parte não são incorporadas aos vencimentos e, portanto, não podem ser levadas para a aposentadoria. Assim é que no quadro do INCRA é quase proibido se aposentar. A aposentadoria no INCRA é algo que tememos, porque a remuneração do nível dos aposentados é muito baixa.

Então, nesse contexto apresentamos uma pauta ao Governo Federal e essa pauta é a mesma desde 2003. O Governo Federal diz que estamos de novo em greve e nós dizemos que ainda estamos em greve. Nessa nova fase da greve, que se iniciou no dia 21 de maio, temos hoje no país 30 Superintendências paradas, temos a sede do INCRA em Brasília parada, temos 70 unidades avançadas distribuídas pelo interior do país paradas, e tentamos, com o Governo Federal, a abertura de negociações para que posamos avançar no fortalecimento do INCRA e no fortalecimento da organização.

Vimos aqui aos Srs. Deputados estaduais, ao Parlamento do estado do Paraná para duas coisas: a primeira e fundamental é para demonstrar que o INCRA, a par de ser um organismo federal, tem uma presença determinante na vida cotidiana do paranaense - ele interfere diretamente na vida cotidiana do paranaense e sendo assim o INCRA é também uma questão do estado do Paraná. A segunda questão que nos traz aqui, a partir da primeira, é buscar o apoio dos Parlamentares paranaenses para que, junto ao Governo Federal, como anseio da comunidade paranaense, o Governo Federal possa abrir e prosseguir com as negociações e principalmente que possa se comprometer com o fortalecimento do INCRA como instrumento essencial e fundamental para o desenvolvimento econômico e social do estado do Paraná.

Entendemos ser de relevância trazer isso ao convívio dos Parlamentares do estado do Paraná.

A questão não é, no nosso ponto de vista, somente do nível federal, mas é uma questão do nível estadual. É de fundamental importância que os Parlamentares paranaenses percebam que de 80 a 90% do território paranaense, que é formado da área rural, está sob a intervenção direta do INCRA. Sendo assim, o INCRA precisa do apoio dos Parlamentares do Paraná para que possamos ter um organismo fortalecido e que possa cumprir o seu papel.

Isso é o que tínhamos a dizer. Agradecer ao Deputado Tadeu Veneri, que nos encaminhou a este espaço, agradecer ao Deputado Belinati, que fez um pronunciamento oportuno, agradecer a outros Parlamentares que têm nos ouvido mais no nível individual e pedir a esta Casa que possa fazer uma moção ao Governo Federal, ao Ministério do Planejamento, cujo Ministro é paranaense, fazer uma moção ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o INCRA é vinculado, fazer uma moção encaminhada ao Presidente do INCRA e ao Superintendente Regional do INCRA do Paraná, no sentido de que as negociações avancem e que alcancemos o fortalecimento da instituição. Com isso, todos nós sairemos ganhando - nós servidores, os Sr. Parlamentares e a população paranaense que, em suma, é quem nós queremos alcançar com o nosso trabalho.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, conforme eu havia solicitado a V. Exa. no início, e conversando com outros Deputados aqui também, gostaríamos que esta Assembléia pudesse encaminhar, conforme foi solicitado, e há sugestões de Deputados e Deputadas aqui, uma moção para que pudéssemos ter, num breve espaço de tempo, uma solução, Deputado Rossoni, para essa disputa que está ocorrendo hoje, esse problema que ocorre hoje dentro do INCRA, e que fosse não de um partido ou de um parlamentar, mas que fosse de todos os Parlamentares, de todos os partidos.

Então, eu solicitaria a V. Exa. e vamos apresentar na sequência que pudéssemos colocar, ao término desse Expediente, em votação uma moção para encaminharmos ao Ministro do MDA, e aos demais órgãos do INCRA para registrarmos a presença aqui hoje desses servidores.

O SR. ELTON WELTER (PT) **(Pela Ordem)**

Eu já, até pela fala do Tadeu, já havíamos conversado com a assessoria da liderança, de fato estamos preparando um documento que pode ser subscrito pelas demais bancadas manifestando esse apoio aos servidores do INCRA. Então, acredito que essa moção estará redigida antes do final da Sessão, encaminhando para as autoridades junto ao Governo Federal, ao nosso Ministro e ao Presidente do INCRA.

Obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Pela Ordem)

Também, Presidente, para me solidarizar com os companheiros do INCRA, e dizer uma coisa muito importante. V. Exa. que é agrônomo sabe muito bem disso, e os companheiros do INCRA mais ainda. Um dos trabalhos do INCRA, que é a regularização fundiária, só para dizermos da importância social desse instituto, dessa autarquia federal, além de inserir ao proprietário regularizado com a possibilidade de ele ter acesso ao financiamento bancário para a sua safra, participar da possibilidade da aquisição de produtos e programas do Governo do Estado e do Governo Federal, ter a sua propriedade como herança para poder deixar os seus filhos, melhorar o preço dos seus produtos, porque está numa terra regularizada fundiariamente, isso traz a tão sonhada paz social no campo e melhoria para todos que estão nele.

Isso só bastaria para que tivéssemos um posicionamento favorável à autarquia neste momento difícil de lutas, onde não só a recomposição salarial, mas recomposição dos seus quadros funcionais, estão também dependendo do apoio desta Assembléia.

Por isso, quero me irmanar ao posicionamento do Rossoni, a todos os funcionários que aqui estão, e dizer que a proposta do Deputado Tadeu Veneri, adendada pela proposta do Deputado Elton Welter, também encontra cor na minha maneira de pensar. Quero me solidarizar a isso e estar junto com vocês também.

Meus parabéns pelo movimento, e a sociedade é quem agradece esse trabalho que vocês fazem, socialmente tão justo e tão oportuno.

Muito obrigado.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, primeiro eu quero fazer uma saudação ao Rossini, dizer da nossa solidariedade com a causa.

Sabemos da importância do INCRA para a agricultura, para os agricultores e para o Brasil, mas não concordamos com essa política de aniquilar o INCRA, não concordamos com essa determinação de, através da deterioração, eles cheguem aonde querem. Por isso a reação dos funcionários, por isso a reação desta Casa, todos vamos assinar essa moção de apoio do fortalecimento, não só salarial, mas da estrutura que precisa o INCRA.

Eu sou de Cascavel e lá em Cascavel posso dizer que os servidores passam as maiores dificuldades, porque temos lá uma casa velha, um rancho abandonado, sem a mínima estrutura, para que os funcionários do INCRA possam dar o atendimento que sempre deram aos nossos agricultores.

Então, têm aqui a nossa solidariedade e que saibam os governantes e, principalmente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sabemos que é por determinação dele que isso está acontecendo.

Obrigado!

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Queria pedir um aparte, Presidente?

(Assentimento)

Quero me solidarizar no pessoa do representante dos funcionários do INCRA, Sr. Rossini, com esta entidade que para mim é muito importante. Eu tenho um carinho muito especial por ela porque foi meu pai - Reinhold Stephanes - o primeiro Diretor do INCRA e quem fundou o INCRA. Tenho amigos lá e, regularmente, vou a Colombo, na Associação dos Funcionários, onde fui a algumas festas lá. O pleito de vocês é mais do que justo e é necessário para o Brasil. Desejo que consigam o intuito de vocês e podem contar conosco!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Permite, Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prezado Rossini Barbosa Lima, que é Vice-Presidente da Associação dos Servidores do INCRA Paraná.

Queria dizer a V. Sa. e a todos os funcionários e funcionárias do INCRA, que comparecem a esta Casa em busca da nossa solidariedade, em função do processo de negociação, Deputado Tadeu Veneri, que devemos ter entre o Governo Federal com os funcionários do INCRA.

Entre os servidores do INCRA tenho muitos amigos, mas especialmente um jovem que, recentemente, fez concurso e que integra os quadros dessa autarquia, que é o Rodrigo Asturian. O Rodrigo é um brilhante jornalista, uma pessoa merecedora do meu respeito, foi meu companheiro de trabalho quando estive à frente da Companhia de Habitação do Paraná - a COHAPAR. Pela qualidade do Rodrigo, consigo avaliar a qualidade dos demais servidores do INCRA, todos admitidos por concurso e que são, efetivamente, profissionais que prestam relevantes serviços à nossa sociedade, na medida que são os que fazem, de fato, acontecer a reforma agrária no nosso país.

Quero dar a minha integral solidariedade e me colocar inteiramente à disposição para que possamos, Deputado Tadeu Veneri, sempre na boa prática de encontrar soluções, como temos procurado também quando envolve as categorias do estado do Paraná, encontrar um bom caminho da negociação que possa, efetivamente, fazer com que as medidas, as emendas que possam ser produzidas no Parlamento, possam ser reconhecidas pelo Governo Federal e, claro, fazer com que possamos ter um avanço efetivo da segurança depois da aposentadoria e, também pagar um salário digno para os servidores.

Podem contar com a minha integral solidariedade. Estarei ao lado de cada um de vocês, porque, afinal de contas, vocês estão lutando por garantias trabalhistas extremamente importantes, com um quadro de pessoal qualificado e que é fundamental para poder diminuir esse profundo desequilíbrio social que temos em nosso país. Têm minha integral solidariedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradecemos a presença do Rossini e de todos os funcionários do INCRA, nesta Sessão.

Obrigado, mesmo, pela presença e, tenho certeza absoluta que esta Assembléia vai prestar o apoio que pode prestar, através do requerimento proposto pelo Deputado Tadeu e outros Srs. Deputados, enfim através do apoio desta Assembléia como uma instituição que representa a população do Paraná.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queremos agradecer ao Dr. Rossini, o pessoal da Associação dos Funcionários do INCRA e também os valerosos funcionários e funcionários que comparecem nesta tarde na Assembléia Legislativa.

Dr. Rossini, estou vendo aqui a faixa sobre o aumento para as chefias, lembrando o seguinte: o que é uma medida provisória? É o assessor do Presidente Lula, ele senta no computador e em 2 minutos está lá: fica decretado o aumento. Ali fala em 145% para as chefias, mas parece que foi na faixa de 140%, 137,5%. Então, quanto tempo para bater uma medida provisória para dar um aumento de 140% para as chefias? Não leva mais que 2 minutos.

Então, o problema que o servidor do INCRA está enfrentando com essa paralisação poderia ser resolvido com uma boa vontade em Brasília, com 2 minutos também. Basta o Presidente chamar um assessor e dizer: “Bata aí uma medida provisória e vamos dar um aumento também, não só para as chefias, mas também para essa verdadeira família, que é esteio, é o pessoal que faz do INCRA essa grande instituição no Brasil.” Tomara que haja boa vontade.

Não estamos aqui para condenar o aumento que foi dado para as chefias, não. O que queremos é o mesmo direito para os servidores do INCRA. Daí todo nosso apoio para que essa medida provisória seja estendida para os servidores do INCRA e acima de tudo, incorporando as gratificações que é o mais fundamental, na aposentadoria do servidor do INCRA. Esse é o nosso apoio.

Horário das Lideranças:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Horário das Lideranças. PDT, PTB, Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje vamos falar das UTIs. Acredito que o Deputado Plauto também e até o Deputado Péricles vai falar das UTIs hoje.

Quero falar das UTIs, Sr. Presidente, até porque temos lutado há muito tempo por essas UTIs. Isso começou lá atrás, quando ainda estávamos na prefeitura e a prefeitura se obrigou a bancar leitos de UTI com recursos próprios, que existiam lá no pronto-socorro, porque não havia recurso do estado.

Mais tarde, antes de assumirmos a Assembléia, fizemos um levantamento numa reunião da MCG lá em Tibagi, fizemos com que a Universidade Estadual fizesse um levantamento para ver o número de UTIs que estavam faltando em Ponta Grossa. O Governo veio, numa primeira etapa colocou alguns leitos de UTI, melhorou um pouco, mas como a demanda era muito grande, ainda faltavam alguns leitos.

E, no ano passado o Secretário Cláudio Xavier foi até a cidade de Ponta Grossa e anunciou que iria colocar 17 leitos de UTI em caráter de emergência. E determinou que rapidamente os leitos fossem colocados. Mas, para surpresa nossa, passou-se 5 meses e os leitos não foram colocados. A ansiedade continuava.

Para surpresa nossa, eis que no dia 28 de abril, o Secretário Cláudio Xavier foi a Ponta Grossa, fez uma reunião na Regional de Saúde para anunciar a colocação de mais leitos de UTI. A manchete do Diário dos Campos daquele dia foi: *Secretário renova promessa de novos leitos de UTI em Ponta Grossa.*

E aí o Secretário anunciou que em 2 meses os leitos estariam funcionando em Ponta Grossa. Lá estava o Prefeito Wosgrau dando seu aval, o Deputado Romanelli, V. Exa. estava lá também, estava de fiador, como disse alguém aqui ontem, e eu gostei do termo, acho que foi o Deputado Marcelo Rangel que falou, o fiador era V. Exa., e o Deputado Pedro Ivo, V. Exa. também é fiador desta conta e o nosso querido Deputado Waldyr Pugliesi, estavam todos lá na Regional de Saúde anunciando que em 60 dias os leitos seriam colocados.

Bem, senhores, passaram os 60 dias e os leitos não funcionaram. E o que estamos cobrando hoje aqui, o que vamos cobrar hoje aqui, só o que foi prometido por eles e que já havia sido prometido lá no período da eleição. Estava prometido, Deputado Péricles, estão lá os documentos, o Governador, o Secretário foi lá: “Não, vai colocar os leitos” - não colocou - eu nem fui à essa reunião porque eu sabia que iria ser papo furado e a prova está aqui, não adianta brigar, dizer que vai colocar, está aqui, jornal do dia 28, jornal de hoje, prazo do Secretário acaba sem UTIs.

Então, não adianta tapar o sol com a peneira, as UTIs não foram. E sabem onde estão as UTIs? Faz mais de 8 meses que estão em caixas lá na Regional de Saúde em Ponta Grossa. Dinheiro público parado e crianças precisando de UTI, precisando de vaga. Todo dia têm briga, eu que estou todo dia em Ponta Grossa, todo dia meu telefone toca, mãe chorando, pai chorando, criança chorando: “Deputado, nos ajude!” Não é obrigação do Deputado fazer isto! Todo dia crianças chorando e a gente faz o quê? Tem que vir aqui reclamar, pedir.

Não tenho nada pessoal contra a pessoa do Secretário Cláudio Xavier, contra a pessoa dele não tenho nada, eu o respeito, mas como Secretário tenho, sim, porque ele prometeu e não cumpriu, e se dependesse dele, aquele garotinho que custou R\$ 17 para salvar a vida, aquele garotinho estava lá no cemitério Vicentino, embaixo de 7 palmos de terra, hoje, se dependesse dele, porque não levou as UTIs, não tinha vaga, os médicos já falaram. E olha, Deputado Péricles, V. Exa. que gosta de charge, sei que V. Exa. é um poeta, o homem da cultura, o senhor é e eu não sou, olha que foto esplendorosa do Prefeito Wosgrau e do Secretário Cláudio Xavier na primeira página do dia 28 de abril - olha a cara do Prefeito Wosgrau - o Cláudio Xavier dizendo: "Daqui a 60 dias vem a UTI". Olha a cara do Wosgrau, a gente pode imaginar se o Beradi estivesse aqui ele podia dizer assim, o Beradi que está na Gazeta hoje, mas é de Ponta Grossa, podia escrever assim: "Eu não acredito" - olha a cara do Wosgrau aqui, do nosso Prefeito, vou passar para os senhores, olha a cara do Prefeito Wosgrau, ele já sabia, ele é mais experiente que nós, é mais velhinho que nós, é mais experiente, sabe fazer as coisas. Então, ele olhou, olha a cara do Prefeito Wosgrau! O Wosgrau é inteligente, nós somos mais jovens, temos que aprender, Deputado Péricles, eu, o senhor, o Marcelo, temos que aprender com o Wosgrau. Ele já sabia, olha a resposta dele, olha o olhar 44 do Pedro Wosgrau! O Wosgrau já sabia e nós não sabíamos.

Mas, Sr. Presidente, peço encarecidamente ao Secretário Cláudio Xavier: Secretário, vá a Ponta Grossa agora com as UTIs, chega de conversa, chega de papo, nós não agüentamos mais! Sabemos que algumas coisas melhoraram na saúde, eu nunca disse que não, sempre vou admitir, as coisas boas nós vamos elogiar. Agora, não prometam mais, vamos parar! Só vai lá no dia que tiver as UTIs e pronto!

Vamos providenciar todo o mês uma reservinha de dinheiro, para trazer as criancinhas para Ponta Grossa. Está aqui o ex-Vereador Leopoldo, que caminhamos de Ponta Grossa à Curitiba. Vinhamos a pé até Curitiba. A bem da verdade, não consegui andar os 120 quilômetros, andei uns 90. V. Exa. andou todos. Viemos a pé aqui, para protestar e colocar alguns leitos na UTI, mas, precisava mais, alguma coisa está errada.

Fica aqui neste dia de hoje, em que mais uma vez se comprova que o Governo não cumpriu aquilo que ele prometeu. Não foi o Marcelo Rangel, não foi o Péricles, não foi o Jocelito, não foi o Plauto. Quem foi lá na Regional da Saúde? O cidadão Secretário. Ele foi lá, os Srs. Deputados estavam juntos, são testemunha: "Daqui a 60 dias tem UTI". Não tem, gente! Dr. Cláudio, chega disso! O senhor não precisa disso! Chega dessa conversa!

Ela foi lá em Ipiranga outro dia, foi dar ultra-som para o hospital, para salvar vida, para fazer o pré-natal. Faz 2 anos e o ultra-som não chegou. Mas tudo bem, as crianças nascem sem ultra-som mesmo, cidade do interior não tem problema.

Queria neste dia deixar este registro aqui, pedindo ao Secretário que não vá a Ponta Grossa mais falar que vai fazer. O dia que ele for, vá lá e entregue os leitos de UTI, que serão bem recebidos. Pedir ao Secretário que ele só vá levar esses leitos, que foi ele quem prometeu, não fomos nós. Volto a dizer aqui, que é uma pena que neste Paraná, uma vida custe R\$ 17 mil.

Lembro-me daquela criancinha de Santa Helena e lembro-me da criancinha de Ponta Grossa, R\$ 17 mil é o preço de uma vida.

Deputado Romanelli, aquele gurizinho que salvamos em Ponta Grossa, que se dependesse dessas UTIs teria morrido, aquele menininho era da Carta de Puebla. Se V. Exa. pegar o jornal Diário dos Campos vai ver que naquela pequena meia-água, lá na Vila Dalabona, um bairro pobrezinho de Ponta Grossa, lá na janela tem 3 adesivos do nosso Governador Roberto Requião. Por isso que me doeu, porque aquele gurizinho é da Carta de Puebla. Está lá, acreditou no Governo, a família toda votou no Governador Requião. Eu preciso lhe trazer uma hora a fita da mãe contando, depois de tudo que aconteceu, o que ela sente hoje, sobre aquele momento. Aquele garotinho que foi salvo no Hospital Vita, R\$ 17 mil, é da Carta de Puebla. Aquele garotinho era um dos nossos, da Carta de Puebla.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PPS/PMN, Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Queria parabenizar o pronunciamento do Deputado Jocelito, antes de qualquer coisa.

Mas hoje, não vou me exaltar, meu tom de voz será extremamente ameno, apesar da gravidade do assunto que vou abordar. O assunto é o mesmo, a questão das UTIs.

O Deputado Jocelito mostrou a manchete do Diário dos Campos e, eu mostro a manchete do jornal Diário da Manhã: *Secretário da Saúde anuncia 38 novos leitos de UTI para a cidade de Ponta Grossa, no prazo de 60 dias.*

Jornal da Manhã, Ponta Grossa, sábado, 28 de abril de 2007: *Estado promete mais leitos de UTI. Secretário e Líder do Governo - Deputado Romanelli, hoje cedo o aparte se o senhor quiser - anunciam instalação de novos leitos de UTI na cidade, em 2 meses.*

Diário dos Campos de hoje, quarta-feira, 27 de junho: Prazo do Secretário acaba sem UTIs. Compromisso do Secretário da Saúde, em abril, fica na promessa mais uma vez.

Nenhum dos 38 leitos de UTI prometidos está funcionando. Nenhum! Agora, queria pedir aos Deputados

mais experientes desta Casa: Deputado Duílio Genari, Deputado Traiano, Rossoni, Dr. Cheida, Deputado Belinati. Deputado Belinati, o que eu posso fazer aqui na tribuna? Devo chamar o Secretário de incompetente? Devo chamar o Secretário da Saúde de irresponsável, porque foi ele que prometeu e eu lembro perfeitamente o dia que o Secretário mais o Líder do Governo, mais o Líder do PMDB e outros fiadores, avalistas que estavam naquela reunião estiveram em Porta Grossa, e todos os jornalistas perguntaram o seguinte: “Mas escuta, em 60 dias o senhor vai conseguir implantar os 38 novos leitos aqui em Ponta Grossa?” O Secretário falou, em alto e bom tom: “Não se preocupem, estou dando um prazo muito maior. Tenho certeza que em 15, 20 dias nós vamos resolver todos os problemas de saúde em Ponta Grossa.” Problemas que nós relatamos na Comissão de Saúde aqui na Assembléia e o próprio Secretário da Saúde, juntamente com outros Parlamentares afirmaram que era grave a situação em Ponta Grossa. Isso há 60 dias! Aí começamos a fazer a contagem regressiva, todo mundo se recorda. A cada semana fazia contagem regressiva aqui na tribuna e mesmo assim o Secretário deu o bolo! Deu bolo em Ponta Grossa! Pergunto, Deputado Rossoni: devo chamar o Secretário da Saúde, xingá-lo, chamar de irresponsável, incompetente, devo chamá-lo? Já peguei muita briga! Eu já sei o que ele tem.

Senhoras e senhores, já descobri o que o Sr. Secretário da Saúde tem. Ele é doente. Ele tem uma doença chamada mitomania. Essa doença é gravíssima, cujo acometido tem a tendência mórbida - aliás, a palavra é interesse - mórbida para a mentira. Justamente pelos mitômanos não possuem consciência plena das suas palavras, os mesmos acabam por iludir os outros com histórias. O mitomaniaco acredita na própria mentira.

Srs. Parlamentares, só queria pedir ajuda de todos os Parlamentares, Deputado Péricles, precisamos ajudar o Sr. Secretário da Saúde. O senhor precisa ajudar a todos nós aqui a interná-lo. Ele precisa de internamento urgente, porque segundo a doença, dizer a verdade é um sofrimento para quem tem mitomania - doença definida como um desequilíbrio psíquico caracterizado essencialmente por declarações mentirosas vistas pelos que sofrem do mal como realidade. Aconselho aos amigos, aos 5 Deputados que foram para Ponta Grossa naquele dia, aconselho àqueles que rodeiam o mitômano, principalmente se o mesmo obteve uma conversa clara expondo a sua vontade de melhora, a não largarem. Vocês têm que chegar no Secretário: olha, Sr. Secretário, por favor, o senhor tem que parar de mentir! O senhor não sabe, está tudo certo! Se perguntar hoje para o Secretário ele vai falar assim: “Está tudo resolvido em Ponta Grossa. Nós vamos consertar em 20 dias”. Daí passa 20 dias e não acontece nada. Ele é mitomaniaco. Não tem outro adjetivo!

Então, senhoras e senhores, a partir de hoje, fiz um estudo e descobri que nunca ninguém reprovou votos de pesar, na história da Assembléia Legislativa. Pois bem, a

partir de hoje estarei enviando, dia após dia, à Mesa Executiva, votos de pesar, porque normalmente nós Parlamentares enviamos à pessoas conhecidas, autoridades, ex-Prefeitos, Vereadores. Não. Eu vou fazer diferente. Estou enviando votos de pesar, de profundo pesar, para as vítimas, para as pessoas, os cidadãos ponta-grossenses e da região dos campos gerais, que perderam a vida na fila por uma UTI. Somente hoje tem 5: Maria Olga Brudeck, João Antonio Correia Leite, Gabriela da Conceição, 73 anos; Sr. Luciano Tozzeto e José Celso Slompo, 59 anos.

E hoje mesmo temos um cidadão ponta-grossense agonizando a espera de uma vaga em uma Unidade de Terapia Intensiva. Estão mandando todos estes votos de profundo pesar. E a partir de hoje estas pessoas, tenho certeza, farão o Secretário, as pessoas envolvidas na Secretaria da Saúde lembrar que Ponta Grossa precisa urgentemente não de promessas, mas de ações contundentes e pessoas corretas. E com relação ao Secretário, eu não sei se vamos conseguir interná-lo, porque está faltando vaga e remédios especiais para tratar doenças assim.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário destinado ao PT, concedemos a palavra ao Deputado Péricles de Mello. Como não está presente, passamos ao horário destinado ao PMDB. Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz hoje à tribuna são 2 assuntos: Um deles, é um convite que formulo a todos os Deputados Estaduais, sobre uma discussão que faremos acontecer na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente na próxima quarta-feira, dia 04, às 11 horas, a respeito da Serra do Mar. A comissão estará ouvindo algumas pessoas: o nosso Secretário do Meio Ambiente. Rasca Rodrigues; o Presidente da MINEROPAR, Eduardo Salamuni; o Coordenador do Programa Estadual Pró-Atlântica, de proteção do bioma chamado floresta ombrófila densa, que é a nossa Serra do Mar; e o professor Bigarela, que é conhecido por todos os e uma emitente figura de nosso estado e de nosso país a respeito da Serra do Mar.

Portanto, todos os Deputados estão convidados e peço que, na medida do possível, estejam presentes, porque é uma discussão que terá desdobramentos, seguramente, aqui em Plenário, a pedido do Sr. Governador, para que possamos encaminhar uma discussão a respeito da proteção da Serra do Mar, no que tange à atividade de mineradoras nessa região.

Mas, Sr. Presidente, um outro assunto que me traz à tribuna é essa discussão que já se arrasta há alguns meses a respeito das UTIs no estado do Paraná. Ouvi hoje com muita atenção alguns pronunciamentos de

companheiros deputados acerca dessa questão e preciso dizer que aqui entre nós temos uma série de colegas que são médicos, a enfermeira Rosane Ferreira e profissionais que já precisaram de UTI e eu não posso, até porque uma das especialidades que faço na medicina é a medicina intensiva, pois por mais de 20 anos fui plantonista de UTI em hospitais grandes, então posso dizer, sem nenhuma simulação, que conheço a questão e vejo com muita preocupação um debate, de certa maneira leviano, ser travado aqui em Plenário com posições que não posso aceitar.

Começaria dizendo, mesmo com todo o respeito que dedico ao nobre Deputado Jocelito Canto, que às vezes me causa espécie quando afirmamos que uma pessoa morreu porque naquela cidade ou naquela região não existia um leito de UTI. O Deputado Jocelito falava aqui que uma vida custa R\$ 17 mil. Ora, uma vida em uma sociedade de mercado que faz da saúde uma mercadoria, custa R\$ 17 mil! Uma sociedade que impõe valores a uma vida custo/benefício, tratando uma criança como se fosse um item de mercado, pode custar R\$ 17 mil, mais que isso ou até menos. Nesta sociedade de mercado se privatiza os lucros e se socializa os prejuízos, que cabem ao estado e são divididos por todos. Essa é a saúde que queremos?

Quando é que vamos questionar o hospital que cobra R\$ 17 mil por um leito de UTI? Quando é que vamos questionar aqui um laboratório que cobra o equivalente a 1 carro zero quilômetro para dar remédio para uma pessoa que precisa de um remédio especial?

Não. Isso nós não cobramos, isso nós nos esquecemos porque achamos que o estado tudo provê, que o estado é a mãe, que o estado é o grande pai que deve nos prover, os seus filhos, em uma sociedade paternalista e acostumada aos benefícios do Estado. Ora não acredito que neste começo de século XXI estejamos discutindo as coisas desta forma. Não é assim!

O estado tem suas deficiências. As pessoas nascem e morrem e ninguém aqui é onipotente para poder prolongar a vida deste ou daquele. Há falhas? Existem! A saúde melhorou no estado do Paraná? Muito! Ainda é um caos, mas é um caos menor do que foi há 10 ou 5 anos atrás e poderíamos enumerar “n” fatores aqui, como a redução da mortalidade infantil, a redução da mortalidade materna, tanto que o Governo tem investido, comprando ambulâncias para este estado inteirinho. Poderíamos dizer aqui de Ponta Grossa, só para exemplificar, não é a minha região, embora eu tenha tido também votos nessa região tão próspera, a região dos campos gerais, mas lá, até 2002, tinha 17 leitos de UTI, e o que o Governo do Estado se comprometeu, dizia respeito e diz respeito a investimentos também de hospitais privados, hospitais que ficaram de readequar-se para receberem os leitos de UTI e não o fizeram até agora. Os leitos que aqui são reclamados, estão comprados, estão estocados, e não estão instalados porque não houve a parceria esperada pelo estado.

Ora, vamos com um pouco menos de sede ao pote! Entendemos que essa questão não pode ser tratada deste maneira, politizar a discussão de saúde é até necessário, mas não vamos fazer disso uma panacéia para todos os males aqui e que nós temos muitos! Acho, companheiros Deputados, que temos que tratar com mais seriedade essa questão, estamos falando de vidas que nascem e vidas que morrem! Eu sei o quanto custa tratar de um doente em uma UTI, eu sei o quanto custa ficar ao pé do leito de um doente de UTI por dias, e sei a dedicação que o Secretário Cláudio Xavier, a sua equipe e o Governador têm a esta questão.

Discordo de muitas diretrizes, muitas vezes, que são tomadas por Prefeitos, até pelo estado, na política de saúde, mas não posso admitir que venhamos aqui agora tachar de incompetente, tacharmos de problemático o nosso Secretário da Saúde, que tem feito um trabalho absolutamente correto do ponto de vista técnico, e se não faz mais é porque nós estamos no Brasil, nós não estamos na Noruega, não estamos nos Estados Unidos; estamos num país que ainda se passa fome, num país onde o populismo passa a mão no dinheiro público, que muitas vezes são verbas que deveriam chegar aos seus destinos e não chegam.

Estou dizendo isso para os Deputados que reconhecem histórias e mais histórias sobre essas questões das cirandas dos recursos públicos neste país. Vamos tratar as questões com menos paixão. Acho que tendemos a acertar mais. Não há dúvida nenhuma que precisamos melhorar o estado do Paraná e a saúde de todo o país, mas estamos no rumo certo e é preciso que a sociedade, a iniciativa privada dê a sua contribuição, e que quando um hospital privado, seja ele uma Santa Casa, que é uma instituição privada, ou um hospital privado, diz ao estado que cumprirá um cronograma que seja cumprido, porque ficar com cara de tacho apenas o estado, isso não é correto.

Gostaria de pedir aos deputados que pudéssemos refletir essa questão melhor, e já pedi, Sr. Presidente, ao nosso Secretário da Saúde, espero poder trazer isso na semana que vem aqui, os indicadores de saúde do estado do Paraná, porque quanto a isso não tem demagogia, não tem discussões subjetivas, os indicadores são precisos, são objetivos e são indicadores internacionais. Quanto é que morria e quanto é que morre? Quanto é que nascia e quanto é que nasce? Quanto é que adoecia e quanto é que adoecia? Vamos verificar com surpresa que o estado do Paraná, apesar das debilidades, tem avançado.

Agradeço a paciência de todos e volto a convidar os nobres Pares para próxima quarta-feira, às 11 horas, na sala das comissões, para uma reunião onde ouviremos pessoas de notório saber a respeito da Serra do Mar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Pela ordem, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela ordem**)

Só queria me inscrever em explicações pessoais. Não sou médico que trabalhou em UTI, mas sou um Deputado que fica na porta das UTIs salvando vidas! Quero responder ao Deputado Cheida depois.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Péricles de Mello com a palavra.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Seria mais cômodo que eu ficasse quieto porque, hoje, em Ponta Grossa, nós vivemos na conjuntura local uma situação muito difícil, Deputado Romanelli. Uma conjuntura muito especial, porque as mesmas questões que afligem o Governador Roberto Requião no Paraná, na imprensa, afligem em Ponta Grossa também. Praticamente toda as rádios e todos os jornais da cidade atacam, diuturnamente, o Governador. Isso por motivos acumulados. Um erro que eu julgo do Governador foi o curso de Medicina, a forma como foi feito. Então, para mim seria mais cômodo calar, mas eu trairia a mim mesmo.

Assim como o Deputado Jocelito Canto foi Prefeito de Ponta Grossa, eu também fui. Acompanho o atual Governo e sei, senti na condição de Prefeito e o povo de Ponta Grossa, principalmente as pessoas mais humildes, sentiram na sua vida, no seu dia-a-dia, as mudanças profundas que o atual Governo trouxe para a saúde do município, nos mais diversos ângulos, desde a tarifa social da água que eu lutei, desde que era Vereador, com dificuldade para que a SANEPAR levasse água para as famílias - 13% do povo de Ponta Grossa mora em favelas, em fundo de vales poluídos - a quebra da mortalidade infantil progressiva no tempo; a luz fraterna; o leite da criança; mas eu vou me ater às questões da saúde propriamente dita.

O Deputado Jocelito fez uma menção, me chamou de poeta. Tenho uma relação com a poesia, até foi aproveitada essa relação pelo meu adversário, na campanha passada, de uma forma um pouco desdenhosa, me chamando de Prefeito Poeta. No entanto, a poesia me ensinou algumas coisas. A primeira delas é fundamental: poesia cheia de adjetivos não presta. Isso me fez refletir, também, sobre o discurso da política: discurso cheio de adjetivos não presta, porque engana; ao invés de revelar a verdade, esconde. Desculpe, mas essa pirotecnia de contar prazos, ao invés de revelar a verdade, esconde. Dizer que o Secretário tem a doença da mitomania, pode servir para aumentar o IBOPE da rádio, para dar audiência, para fazer alguns ouvintes darem risada, mas não revela nada da problemática profunda da saúde pública em nosso país, não só no Paraná, não só em Ponta Grossa, basta passar alguns dados da história da saúde pública em Ponta Grossa.

Quando fui Prefeito, o Jocelito foi antes de mim, tínhamos em Ponta Grossa 18 leitos de UTI. Naquela época, o senhor lembra, Deputado Jocelito, o senhor foi vítima como eu, ninguém falava do Governo, era o Prefeito que era o culpado de tudo. Da mesma forma que o Deputado Jocelito culpa o Secretário pela morte de uma criança, culpavam o senhor e eu quando alguém ficava sem leito de UTI. Só que era invertido: era o Prefeito que era o culpado, na época. Eu fui atacado, diuturnamente. Morria alguém no pronto-socorro por falta de UTI e estavam nos jornais: "Culpa do Prefeito!" Eu sabia que não era o culpado, pelo contrário, eu tinha o maior interesse, dedicava todas as horas do meu dia para tentar resolver o problema grave da saúde em Ponta Grossa.

Eu fui Prefeito de 2001 a 2004 e o Requião se elegeu em 2002, como meio apoio. O que aconteceu a partir daí? Eu que tinha começado e feito a metade do Governo com 18 leitos de UTI, terminei com 36 leitos, o dobro. Em 2 anos, o Governador Requião dobrou o número de UTIs, em 2 anos uma coisa que vinha da história de Ponta Grossa, em parceria com os hospitais, com o SUS, aumentou de 18 para 36 leitos de UTI, sem contar que tem reflexo direto em Ponta Grossa. A cidade de Castro recebeu também 9 UTIs nesse processo.

Mas, não foi só isso. Quando o atual Prefeito se elegeu em janeiro, Deputado Jocelito, parabéns para o senhor, veio aqui conversar com o Governador. E Ponta Grossa está recebendo um hospital regional de R\$ 17 milhões. Quem fez a licitação foi o Prefeito, o estado repassou o dinheiro e o hospital está sendo construído. Demora para construir. Às vezes a licitação não dá certo, sabemos disso. Esse é um problema do estado brasileiro.

Hemonúcleo, SIATE, SAMU, com a participação do estado, ambulâncias, ajuda às equipes Saúde da Família, que implantei, não existia em Ponta Grossa. Implantei 22 equipes da saúde preventiva quando era Prefeito da cidade; equipe saúde bucal, gestação de alto risco, dinheiro para a Santa Casa, dinheiro para os hospitais, oncologia, urgência e emergência.

Podia citar muitas coisas que aconteceram em Ponta Grossa. Isso é uma análise substantiva que educa as pessoas, que historiza as coisas que acontecem e não se apegam a um erro do Secretário, formal, de dar um prazo e faz disso um pilão que bate todo dia. Desculpe-me, isso não revela; como já disse, engana as pessoas.

O Secretário pode ser tudo, mas não é mágico. Como o Secretário vai colocar 22 leitos de UTI, que 10 já estão comprados, em 2 hospitais que não ficaram prontos? É impossível! Por melhor que seja sua vontade. Recebi R\$ 3 milhões e 800 mil do Governador para reformar um pronto-socorro no Hospital da Criança, foi liberado no Governo, fiz a licitação, uma empresa deu desconto muito grande e abandonou a obra. O Prefeito pegou a licitação já abandonada, a obra e teve 2 anos e meio para fazer essas reformas e não terminou. Como é que se vai colocar leito de UTI numa obra não terminada?

É importante dizer ao povo de Ponta Grossa que o Secretário não é mágico.

Existe uma parceria para colocar leitos de UTI entre os hospitais, o estado e o SUS, e entre o Prefeito que faz uma obra pública com o dinheiro do Governo e o Secretário de Saúde e o SUS. E, todos nós sabemos, tenho certeza, que com exceção das UTIs que vão para o Hospital da Criança, esses leitos já existem, já foram adquiridos.

Agora, se vai a vigilância sanitária no hospital e diz que não existe espaço físico para colocar mais 4 leitos de UTI, o Secretário é culpado? O Governador que é culpado? Não. O político que representa o povo, tem o dever sagrado com relação ao povo. Assim como ele aprende no seu dia-a-dia ouvindo as pessoas, ele, pelo nível de informação que tem, tem o compromisso sagrado de ajudar no processo educativo e da consciência popular e não enganar as pessoas para se projetar, para ter audiência e para dizer que é o defensor do povo.

Eu sou o defensor do povo de Ponta Grossa. Hoje sou Deputado do Governo. Fiz críticas quando fui Oposição a minha vida inteira, mas as críticas tem que ser substantivas para revelar a realidade e apontar mudanças numa sociedade cruel. Da problemática grave que aflige a saúde não só de Ponta Grossa, mas de todos os municípios do Paraná.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para reforçar e dizer que os leitos estão comprados. E quando se fala em leito comprado, significa monitor comprando, respiradores comprados, enfim. Também para dizer uma coisa que acho importante: sabe por que na grande maioria das cidades do Paraná não existem leitos de UTI? Porque não dá lucro. E os hospitais não querem porque não é lucrativo. Mais uma vez, a saúde é objeto de lucro. Ou o Governo faz e arca com os custos maiores ou ela não é praticada.

Então, acho que nós Deputados tínhamos que também verificar: quanto os hospitais estão cobrando na verdade? Está certo o que estão fazendo? Senão é uma meia conversa que estamos fazendo por aqui.

Obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Eu vou concluir, Sr. Presidente. Santa Casa, 3 UTIs de adultos já colocadas estão sendo montadas. Agora, atente para este detalhe, Srs. Deputados: neonatal que não existia em Ponta Grossa, eu recebi quando Prefeito 6 leitos, fomos inaugurar, demorou um pouco, funcionou - tem 4 leitos para serem colocados só que tem um problema, vejam a realidade como é bem diferente da adjetivação obsessiva - tem duas crianças em estado grave na UTI existente, nos leitos. Elas não podem ser retiradas de lá porque morrem - enquanto essas crianças não melhorarem não podem colocar os outros 4 leitos - isto tem que ser dito ao povo de Ponta Grossa, não é possível!

Ao invés de chamar o Secretário de louco, de mentiroso, expliquem ao povo. Eu vi a boa intenção do Secretário, Deputado Jocelito, quando estava lá junto com o Romanelli. Ele pode ter errado do ponto de vista formal de dar um prazo, eu também errei quando era Prefeito, o senhor também talvez errou, pensamos uma coisa pela ânsia de acontecer e a máquina burocrática, as parcerias - foi um hospital do SUS - impedem. Ele pode ter errado no prazo, pode ser criticado por isto, mas o erro é formal, não é erro de conteúdo, não é erro de vontade, ele não é nenhum canalha que vai prometer coisa que não vai acontecer. Ele prometeu aquilo que ele tinha ânimo de construir, de realizar e está tentando realizar. Nós não podemos enganar o povo de Ponta Grossa desta forma, para aumentar o nosso prestígio diante da dor das pessoas, do sofrimento, da morte.

Então, só para dar um detalhe, agora ouçam a Diretoria da Santa Casa para ver o que ela fala, do Bom Jesus, do Vicentino, eles também têm erros e problemas, mas vêem ânimo generoso no Governo. Em pouco tempo, tenho certeza absoluta, a maioria estarão instaladas, porque o Governo já comprou, e somente vão demorar a da criança, pela informação que eu tenho, porque a solicitação está sendo realizada e às vezes, por melhor que seja a vontade do governante, o estado brasileiro secular, a burocracia, a lentidão, impedem que os nossos desejos mais lindos, mais generosos, sejam realizados com a pressa que queremos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prezados Líderes, prezado Líder da Oposição.

Ouvi atentamente hoje os pronunciamentos do Deputado Jocelito, do Deputado Cheida e do Deputado Péricles, e penso que o nosso Parlamento tem que se caracterizar por uma elevação no debate, no nível do debate político. Não se pode aqui, de uma tribuna da Assembléia, tentar fazer demagogia ou tentar criar, Deputado Valdir Rossoni, artificialmente, um estado de ânimo contra as autoridades que com muita segurança, com seriedade, exercem a atividade pública.

A sociedade paranaense é uma sociedade que tem avançado muito, se moderniza, temos uma sociedade civil articulada, temos um setor empresarial avançado, e por outro lado temos um estamento que controla a máquina pública que é composto por homens e mulheres dedicados e que diariamente fazem com que possamos avançar na implementação das políticas públicas do nosso estado. Não é só a vontade dos governantes que

prevalece. Pela vontade das pessoas, pela boa intenção, pelo desejo, Sr. Presidente, provavelmente viveríamos numa sociedade onde não haveria filas de espera, onde haveria leitos suficientes para todos aqueles que demandam a saúde.

Hoje, ainda, pela manhã, discutimos na Associação dos Procuradores do Estado, os Deputados que aceitaram o convite, discutimos os fundamentos da questão dos medicamentos. Aliás, hoje soube de coisas, Deputada Rosane, que eu não sabia, certamente V. Exa. também não, sobre uma ótica que eu também não tinha me apercebido da profunda dificuldade que se tem, até operacional, em função das liminares e de todos aqueles procedimentos, dos protocolos.

Quero dizer que ouvi o pronunciamento do Deputado Cheida sobre a questão de Ponta Grossa. Estive em Ponta Grossa, como Secretário Cláudio Xavier, junto com o nosso ex-Secretário e Deputado Waldyr Pugliesi e lá tivemos, Deputado Péricles, como bem disse V. Exa., uma reunião produtiva. Foi uma reunião importante, que V. Exa. foi o responsável direto pela ida do Secretário Cláudio Xavier, porque temos que resolver, sim, os problemas de Ponta Grossa, mas também temos que reconhecer que os problemas de Ponta Grossa são problemas de muito tempo e que na sua gestão, Deputado Péricles, como Prefeito, se iniciou uma grande transformação, que hoje, com o Prefeito Pedro Wosgrau continua-se esse trabalho. E os novos 32 leitos de UTI que estão sendo trabalhados para poderem estar funcionando, os primeiros 12 leitos de UTI pediátrico, vão se tornar uma realidade na cidade de Ponta Grossa.

Agora, há de se reconhecer que durante muito tempo, e o exemplo foi dado pelo Deputado Cheida, eram 18 unidade de UTI que tínhamos até 2002. Reconhecemos aqui, que de 18 unidades, para 47, porque são 38 em toda a região, são 47, considerando também as 9 UTIs do município de Castro.

Por isso, acho que demagogia tem limite. Isto aqui não é programa de rádio, não é programa de auditório.

Esta é uma Casa composta de gente que estuda e que trabalha muito a favor do povo. Então, acho que gritar lá no programa de rádio, fazer discurso bombástico...

Quero aqui, publicamente, solidarizar-me com o Secretário Cláudio Xavier. Acho que houve um Deputado daquela tribuna que atacou a honra do Secretário Cláudio Xavier que é um homem honrado, trabalhador, que é um exemplo de superação na vida pública, de retidão, de caráter e de compromisso com a saúde pública, senão, Deputado Cheida, ele estaria no consultório médico pediátrico, bem sucedido, onde tinha uma receita fantástica mensal, que um bom médico pode ter, e não estaria dedicando uma vida com muita intensidade à saúde pública do nosso estado.

Por isso, quero aqui dizer que os compromissos, vou encaminhar ao Deputado Cheida, ao Deputado Péricles e ao Deputado Jocelito um ofício que recebi hoje, da Secretária da Saúde, sobre a questão de Ponta Grossa,

que me foi dirigido pelo Secretário Cláudio Xavier. Vou também encaminhar cópia. Não vou ler o ofício, mas ele detalha cada um dos passos que está sendo dado com relação à Ponta Grossa nos investimentos e como é que as coisas estão sendo trabalhadas.

No mais, aos demagogos de plantão, não vou perder o meu tempo.

Com aparte o Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. com esse estilo europeu de ocupar a tribuna, pediria a V. Exa., que encaminhasse uma cópia também ao Deputado Marcelo Rangel, que também é de Ponta Grossa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou encaminhar, Exa., às pessoas que penso que são bem intencionadas.

Mesmo com divergências com o Deputado Jocelito, mas é um Deputado que sei que tem lutado pela saúde de Ponta Grossa, porque quando ele fala aqui da questão da UTI, fala da vida, fala com a alma dele. Ele é uma pessoa sensível, eu respeito o Deputado Jocelito, mesmo com as divergências que tenho com relação a ele.

Por isso que vou encaminhar, também, ao Deputado Jocelito, cópia desse ofício e também a casa um dos Parlamentares que desejar. Mas digo isso porque temos que separar o joio do trigo.

Quero dizer o seguinte: estava na presidência, colocaram que havia sido pelo Presidente Nelson Justus, eu ouvi pelo sistema de som as afirmações feitas pelo Deputado Reni Pereira. Deputado Reni, já travamos ali no comitê de imprensa desta Casa, um debate, e quero esclarecer a esta Casa, segunda-feira, vem aqui às 9 horas da manhã, o Secretário Nestor Bueno e o Secretário Heron Arzua. Quero dizer que, efetivamente, não há déficit nenhum, o balanço foi publicado, o estado tem um superávit, uma suficiência de caixa de R\$ 291 milhões. Está no Tribunal de Contas, efetivamente. Talvez por excesso de zelo o Deputado Reni Pereira continua insistindo nesse tema.

Quero dizer que os valores que foram apresentados e foi bem dito aqui pelo Secretário Heron Arzua, eram balanços provisórios e o balanço consolidado demonstra que não era de 12 milhões, não, eram R\$ 291 milhões de suficiência de caixa.

Sei que muita gente torce, que não é seu caso Deputado Reni, torce para que o Governo vá mal. Lêem jornais e os jornais dizem lá: "Rombo de R\$ 100 milhões". Na verdade, sabemos que tem muita gente que gostaria que o Paraná estivesse como o Rio Grande do Sul, que pagasse só o salário de R\$ 2 mil e o restante ia pagando parcelado aos servidores públicos.

Graças a Deus e à boa gestão financeira feita pelo Governador Requião, já demos 17% de aumento para os servidores da área da educação, os professores. Vamos

dar também agora para os PSS. É uma grande vitória porque o Governador Requião tem compromisso com a educação. E cada um dos Srs. Deputados sabe que o nosso Governo, que está com seus compromissos em dia, está trabalhando, está tocando as obras, está construindo hospitais, penitenciárias. Quero dizer a V. Exa. que mais alguns dias e nosso Secretário do Planejamento apresentará, junto com o Governador Requião, um programa que é similar ao que está sendo trabalhado pelo Governo Federal e dessa tribuna nós falaremos sobre esse tema, porque o que interessa para nós, o Governo que é bom o que é que ele faz, ele continua aquilo que ele estava fazendo antes e se reelabora e vê os novos desafios que são postos pela sociedade.

Por isso, quero dizer, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que é o Líder do PMDB, dos mais antigos do nosso estado, que é exemplo para todos nós que o nosso Governo é guiado sempre pela Carta de Puebla, que aliás, muitos falam mas não lêem a Carta de Puebla, e V. Exa. já falou sobre ela aqui, é que quando o Papa João Paulo II, na Conferência em Puebla México, disse como sucedeu com Cristo: “A Igreja tem que fazer uma opção preferencial pelos mais pobres.” É a mesma opção que os Governos têm que fazer. Para isso que vale a pena sermos Governo e governar o Paraná, no caso do Governador Requião já pelo 3º mandato consecutivo e teremos um grande Governo. E que esse Governo saia-se melhor do que o Governo que terminou recentemente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário da Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Belinati, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Essa questão de Ponta Grossa, Deputado Rangel, Plauto, Jocelito, Péricles, acho que nada melhor que transformarmos isso - e vou dar como sugestão, depois vocês verifiquem da possibilidade - vamos fazer uma Audiência Pública, talvez no estádio de futebol, e vamos ver lá se o Péricles vai fazer a defesa com a mesma veemência, se V. Exa. vai falar aqui da mitomania. Acho que essa questão tem que ser levada para Ponta Grossa. Nós acompanhamos e vamos ser assistentes, porque senão nós estamos transformando isso aqui, com todo o direito que os senhores têm de discutir a questão de Ponta Grossa.

Eu vi daquela tribuna muitas vezes o Deputado Jocelito fazer a defesa da questão da saúde e vejo hoje ele reclamando e eu ia até dizer no aparte se ele tivesse me dado. Ninguém tem mais autoridade do que ele para falar da questão da saúde, porque ele foi uma das pessoas que fez a defesa.

Aí, de repente, vejo uma recaída do Péricles, volta à tribuna fazendo uma defesa entusiasmada, mas, tenho certeza absoluta de que se esta doença, mitomania, for epidêmica, temos que entrar em contato, rapidamente, com o Instituto Butantã, para fazer uma vacina. Começar a vacinar os governantes deste estado, porque ela está se tornando uma mania.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Portão aberto? Entrada franca?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Porteira aberta.

Também falou, aqui, o Líder do Governo, e eu quero agora falar ao mestre da Oposição, que trata desta questão, Deputado Romanelli, a questão da prestação de contas do Governo, quero dizer o seguinte: está difícil e a cada momento se complica mais. Agora nós acabamos, aqui, e isto vai chegar na segunda-feira. Não contabilizaram a dívida com a ParanaPrevidência, e parece-me que são só 600 milhões. Então, quer dizer, segunda-feira nós vamos ter este debate. Mas, é a informação que recebi há pouco.

Na verdade, seguinte: não cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao não cumprir, se aconteceu isso, as penalidades são duríssimas. Por esta razão, começa aquela questão. Vê-se duas publicações do orçamento, da prestação de contas. Quando já tem uma, tudo bem; quando se tem duas é porque a primeira tinha algum problema. Por que publicar duas vezes? Aí vêm as outras informações.

Esta questão está chegando num ponto, que se aconteceu isso realmente - nós vamos ter esta certeza, agora não tenho esta certeza - segunda-feira teremos esta decisão.

Concedo aparte ao Deputado Plauto, que naturalmente vai falar de Ponta Grossa, mas hoje é o dia de Ponta Grossa, aqui.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Rapidamente, nobre Deputado, só quero pontualmente lembrar, porque as coisas passam e o cidadão esquece muito fácil. Vi falarem de Governo anterior. Vamos falar de Governos anteriores, que estão investindo pouco na saúde pública no Brasil e no nosso estado do Paraná. Mas, o costume deles é dizer Governo anterior. O Governo anterior é o deles! Então, o Governo anterior ao anterior, que é o Governo do qual fizemos parte, da base aliada, investiu pouco em saúde, porque tinha “x” leitos de UTI na cidade de Ponta Grossa.

Só quero lembrar uma coisa: o Deputado Péricles falou de 2000, eleição, prefeitura. Em 2000, Ponta Grossa tinha 186 mil eleitores. Hoje, está com mais de 210 mil eleitores. Sabe o que é isso? A população cresceu no Brasil, no Paraná, em Ponta Grossa e na região dos campos gerais. E o pior: empobreceu. O nosso país empobreceu. E as pessoas estão procurando mais a

saúde pública no nosso estado e no nosso Brasil. Precisa de investimento? Precisa. Os governos anteriores não fizeram. Agora, eles estão prometendo, veja só, Deputado Rossoni, 04/08/03, pessoal da área da saúde do Governo Roberto Requião: “Ponta Grossa terá mais 38 leitos de UTI”. Isto em 2003. No Governo anterior, não no atual Governo, porque estão no 2º. No ano de 2004: “Secretaria da Saúde garante leitos em UTI em Ponta Grossa”; 26/09/05: “Governo sinaliza com mais leitos em Ponta Grossa”. Vamos lá, 06/10/05: “Governo anuncia mecanismo para melhorar leitos de UTI”; 29/11/05: “Ponta Grossa terá novo hospital e mais leitos de UTI”; 27/04/07: “Secretário anuncia mais 38 leitos”. Vejam, 38 de novo. 08/06/07: “Governo amplia leitos e vai melhorar a qualidade de saúde na cidade de Ponta Grossa”.

Então, meu amigo, esse é o verdadeiro Governo “Rolando Lero” - vai levando todo mundo no papo, na eleição promete e, se cumpre, muito pouco. O problema é que vocês viram o Deputado Marcelo Rangel relacionando pessoas que morreram na fila e o Deputado Jocelito tirando dinheiro do bolso para pagar o internamento em um leito particular. A coisa não vai bem! Não adianta querer falar do passado. O passado não estava bem, mas agora continua pior do que estava. Parece-me que os Governos são muito parecidos. Falaram tanto, mas continuam tendo os mesmos problemas e se o Governo anterior não ia bem, eles têm obrigação de arrumar as coisas erradas, mas parece que não têm capacidade.

Obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só queria fazer esse alerta e, para encerrarmos a quarta-feira, o Líder do Governo falou que muitos falam da Carta de Puebla. Eu também já vi aqui muita gente falar da Carta de Puebla: alguns não lêem e outros lêem e não praticam. Então, quer dizer, fica tudo no mesmo!

A grande verdade de toda essa história, veja Deputado Romanelli, foi contestado nos últimos 15 dias por causa das informações que pedimos ao Governo, porque nós já prestamos as informações, porque o Rossoni está fazendo teatro etc. E o que acontece?

Estou recebendo pacotes e pacotes de informações e os Deputados devem estar recebendo. Quer dizer, se tivéssemos recebido, não estaríamos recebendo. Agora começamos a receber. Então, por que insistir nessa questão de dizer que não era verdade o que nós estávamos falando? Nem sei o que recebi, mas só ontem e hoje devo ter recebido umas 5 mil folhas trazendo informações.

Agora, como é que na semana passada o Chefe da Casa Civil, o Líder do Governo diziam que o Deputado Rossoni estava sendo intransigente, porque já tinha recebido as informações e agora estão correndo atrás da máquina e me entregando informações e entregando informações aos Srs. Deputados? Por quê?

Nós representamos no Ministério Público, protocolamos os requerimentos que não foram aprovados aqui em cada Secretaria para tomarmos as providências. Não tem mais conversa! Vamos agir dentro dessas condições!

Concedo um aparte ao Deputado Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Primeiro quero parabenizar V. Exa. por esse feito, porque eu particularmente não tive essa habilidade, porque neste mesmo Plenário fiz um acordo com o Deputado Romanelli que, via Liderança do Governo, me prestaria duas informações e não haveria necessidade de requerimento, mas nenhuma das duas informações me chegou até agora, sendo uma no que diz respeito à negociação da área de Almirante Tamandaré e a outra com relação à minha lei, se está sendo aplicada ou não, sobre o cheque caução. Então, já se passaram 30 dias e eu esperava no período regimental de 30 dias a resposta, que expirou o prazo na segunda-feira.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo pela compreensão!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passarmos aos projetos que necessitam de apoio, temos 2 comunicados.

O Deputado Artagão, que aqui está na Mesa, faz um comunicado aos Deputados que fazem parte da Comissão de Fiscalização, que logo após o encerramento desta Sessão será feita uma reunião da Comissão de Fiscalização na CCJ, na sala das comissões. Então, ficam os Deputados da Comissão de Fiscalização avisados.

A Mesa solicita à Liderança do PMDB e do PT a indicação dos membros partidários para comporem a Comissão Especial de Investigação sobre investimentos do Governo em publicidade e a Comissão Especial de Investigação sobre as concessionárias de pedágio.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, eu já fiz o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. Já me foi comunicado que está aqui para ser lido, inclusive.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

São os Deputados Nereu Moura, Artagão Júnior e Cleiton Kielse.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

Será dado um prazo para a instalação da Comissão.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 039/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, comunicando sua ausência nos dias 2, 3, 4 e 5 do mês de julho, onde estará participando do Congresso Internacional de Endoscopia e Cirurgia do Aparelho Digestivo, na cidade de São Paulo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 180/07, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado de Educação a inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica, no ensino público do estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 181/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes viabilizar a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando a continuação da estrada Delegado Bruno de Almeida ao município da Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 182/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde viabilizar a construção do Posto de Saúde da Mulher, no município de Nova Santa Rosa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 183/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, viabilizar o projeto visando o calçamento poliédrico entre os distritos de Alto Santa Fé (Nova Santa Rosa) e Santa Rita do Oeste (Terra Roxa). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 184/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde o credenciamento da Unidade Infantil do Hospital Santa Rita de Maringá - Associação Bom Samaritano, para atender crianças com neoplasia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando para compor como membros titulares da Comissão Especial de Investigação do Pedágio os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Cleiton Kielse e Nereu Moura. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Líderes do PMDB e do PT para indicarem membros partidários para comporem a Comissão Especial de Investigação sobre investimentos do Governo do Estado em publicidade e a Comissão Especial de Investigação sobre as concessionárias de pedágio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/07, que dispõe sobre a aplicação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUPRESSIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 406/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei que ora se estuda visa a estabelecer normas para as micro e pequenas empresas do estado do Paraná em referência ao aspecto tributário, bem como arrecadação e parcelamento.

Legitimidade

Na análise inicial que se fez desta mensagem foi explanado que o Governador do Estado teria legitimidade para iniciar o processo legislativo neste caso. Pois bem, quando do trâmite nesta Casa de Leis, a propositura teve duas emendas da Comissão de Constituição e Justiça e outra agora no plenário. Pois bem, sobre isso calha dizer que o Poder Legislativo tem prerrogativa de modificar o texto seja pelo processo legislativo, seja por tratar de tributo e arrecadação. Para afastar quaisquer dúvidas leia-se o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor-se sobre todas as matérias de competência do estado especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Pois bem, a partir disto percebe-se que a competência existe e mais, reitera-se que as mudanças efetuadas

pelo Poder Legislativo são instrumentos para que se verifique o devido trâmite legal dos projetos, avigorando ainda mais o estado democrático em que se vive. Na mesma esteira, cumpre dizer que está sendo atendido o artigo 137, parágrafo 1º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que possibilita a confecção por parte dos Deputados, de emenda supressiva aos projetos de lei.

Ademais, forçoso ressaltar no parecer inicial já fora destacado este ponto ora discutido, da seguinte forma:

No artigo 4º denota-se a idéia de que na impossibilidade de aplicação dos percentuais estabelecidos na nova lei, deverão ser utilizados os valores constantes na Lei Complementar nº 123/06. Indo além, em face do contido neste artigo do presente projeto de lei, não há garantias de que o tratamento tributário vantajoso que hoje a legislação paranaense contempla, será mantido, pois da dicção do referido artigo fica claro que, se o Comitê Gestor se opuser de alguma forma quanto à regra aqui prevista, vigorará a regra originária da Lei Complementar nº 123/06, tendendo a elevar a carga tributária para as empresas paranaenses. Com esquite nisto, pode-se denotar que as micro e pequenas empresas do Paraná correm o risco de não continuarem tendo tratamento nos moldes que hoje se verificam. Para tanto, basta que o Comitê Gestor não aceite as regras contidas neste projeto de lei, fator que obrigará as empresas paranaenses a recolher seus tributos com base no disposto na Lei Complementar nº 123/06, desencadeando gravames quando do cotejo com a lei que hoje disciplina o assunto no Paraná.

Destarte, verifica-se que a emenda apresentada trará maior segurança para as empresas paranaenses ao garantir que as disposições do projeto de lei serão de fato aplicadas, não ensejando por modo algum que as normas da Lei Complementar nº 123/06 possam ser aplicadas, em desprestígio à situação atual das empresas paranaenses, na seara tributária.

No que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, verifica-se que não existe impacto econômico-financeiro, ou qualquer renúncia de receita.

Aperfeiçoando a análise de acordo com a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, também inexistem óbices para a aprovação do presente projeto, pelo fato de que foram seguidas as regras de elaboração legislativa, inclusive os ditames do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, pela consonância com os ditames legais e constitucionais, somos pela aprovação da presente emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Douglas Fabrício, Caíto Quintana, Valdir Rossoni, Mauro Moraes, Professor Luizão, Carlos Simões e Luiz Carlos Martins.

Está com a sua discussão encerrada, vamos apreciar o projeto, ressalvadas as emendas. Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Há um requerimento nº 1863, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando destaque para a votação das emendas apresentadas a esse projeto. **Aprovado.**

Vamos à votação individualizada das emendas. Emenda nº 01 da CCJ, modificativa. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.** Emenda nº 02 da CCJ, emenda supressiva. Deputados que aprovam...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Para encaminhar a emenda supressiva, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o nosso entendimento é que em função do regime especial que goza a micro e a pequena empresa, especialmente por conta da alíquota diferenciada e da isenção da microempresa, não é possível suprimir este texto, o artigo 9º da nossa lei, por conta de que não é possível que a empresa que está isenta, ou que está com regime diferenciado, possa adquirir os créditos de ICMS. Efetivamente, o regime especial tributário impõe essa necessária manutenção desse artigo. Eu discuti muito com o Deputado Reni Pereira sobre o tema, ele, claro, profundo conhecedor do tema. Mas, efetivamente, não é possível que na medida que estejamos tratando de forma tributária, na política tributária de forma diferenciada, 171 mil empresas entre as que estão isentas e as que estão em regime especial, possamos fazer com que elas possam ter os créditos de ICMS para poder utilizar dos créditos que ela adquire na compra dos insumos e mercadorias.

Por isso que é necessária a manutenção desta emenda. Por isso que nós queríamos orientar a nossa bancada e pedir a compreensão de todos os Deputados para que pudéssemos manter o texto original da lei, que é efetivamente o correto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Só para explicar ao Deputado Romanelli, nós realmente conversamos, ele logicamente está orientando de acordo com a instrução que recebeu da Secretaria da Fazenda. Há um equívoco, mas eu não vou fazer aqui, Deputado Romanelli, nenhum cavalo de batalha em cima disso. Só vou explicar que provavelmente todos os contribuintes do estado do Paraná que serão enquadrados no regime fiscal de microempresa, ou que quiserem optar, eles terão direito de manter, sim, o crédito acumulado na conta gráfica, porque é um direito constitucional, o artigo 145 garante.

Então, é lógico, eu entendo a situação do Deputado Romanelli, até porque a Secretaria da Fazenda está entendendo que está dando uma isenção. É um regime diferenciado, não está isentando. E aquilo que tem em conta gráfica é um direito das empresas porque eles pagaram

junto com o preço da mercadoria aquele ICM e é um direito deles de manter isso e transferir. Infelizmente, essa lei não vale mais do que a Constituição, e, provavelmente, a retirada disso não vai ter efeito prático. Então, só quero dizer que vou votar pela manutenção da emenda.

Acho que isso não é uma questão que vá ter grande relevância, mas temos aqui uma frente parlamentar em defesa da microempresa. Então, acho que isso tem a ver até com aquela questão do orçamento: tem-se 291 milhões sobrando, não são esses créditos que vão fazer falta nas microempresas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação a emenda Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovada a emenda.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à verificação.

Solicito aos Srs. Deputados que possam tomar seus assentos para que possamos fazer a votação. Deputados favoráveis à aprovação da emenda queiram levantar-se.

Quatorze Srs. Deputados.

Deputados contrários à aprovação da emenda queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados.

Está rejeitada a emenda.

Emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 406/07. Emenda essa de Plenário, apoiada por vários Srs. Deputados. Em votação a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só desculpe, é que aqui na minha...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está publicada, Deputado Romanelli, junto ao projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só para que eu possa me basear é que não está destacado aqui no meu caderno. Eu quero saber, desculpe, Sr. Presidente, é a emenda...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Posso ler, Deputado Romanelli?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

“Emenda supressiva ao Projeto de Lei, oriunda da Mensagem do Governador, que dispõe sobre aplicação de regime especial unificado de arrecadação de tributos e

contribuições devidas pelas microempresas e empresas de pequeno porte. Visa suprimir-lhe o artigo 4º, renumerando o artigo 5º como o 4º, e assim sucessivamente.”

Suprime o artigo 4º, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, na verdade, a intenção do autor é uma intenção boa. Tenho que reconhecer isso. Só que temos que reconhecer que a legislação federal imprime uma obrigatoriedade de o estado regulamentar.

Estamos votando essa Lei da Microempresa para consolidar, para regulamentar a nossa legislação estadual. A nossa legislação estadual é mais benéfica do que a legislação federal, do que o Simples Nacional. Ocorre que a Lei Complementar nº 123/06, que é a edição do Simples Nacional, ela de fato estabelece um comitê gestor de tributação das microempresas e de empresas de pequeno porte.

Bom, a nossa lei tem que prevalecer, no nosso entendimento. Por isso que o Governo adequa, do ponto de vista legislativo, mantém os benefícios fiscais das micros e pequenas empresas do Paraná. Acontece que a supressão desse artigo pode nos criar uma dificuldade por conta de que, necessariamente, a nossa lei passa por análise do comitê gestor. Esperamos que a nossa lei possa prevalecer com as nossas alíquotas e com os regimes das nossas empresas. Agora, a supressão do artigo 4º não resolve o problema e pode até criar o complicador.

A tendência desse comitê gestor é de respeitar a nossa legislação paranaense. É esse o entendimento que está tendo, inclusive, nos diversos estados, quando se trata de micro e pequena empresa. Por isso, pedimos pela manutenção desse artigo para poder, de fato, deixar a nossa legislação...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. encaminha contra a emenda, então?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminho contra, embora reconhecendo a boa intenção, mas suprimir esse artigo não resolve o problema.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Eu também vou encaminhar contra e vou explicar o porquê.

A emenda do Deputado Valdir Rossoni, em que pese ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça, que fui o Relator, na verdade, deveria ser até divulgada a própria derrubada dela, porque ela estava querendo garantir a lei do Paraná, pois a lei do Paraná é mais benéfica ao micro e pequeno empresário. Só que, como o Deputado Romanelli falou, no dia 02 de julho, a

Lei Complementar nº 123 entra em vigor em todo Brasil. E o que esse artigo IV diz, porque existe a possibilidade do artigo 18 da Lei Complementar, de os estados adotarem uma legislação mais benéfica ao contribuinte, ao micro e pequeno empresário, porém, depende dessa legislação ser homologada pelo Comitê Gestor que, na verdade, é o próprio CONFAZ. Se não for homologada, já está em vigor a partir do dia 02 de julho a Lei Complementar nº 123.

O que o Deputado Romanelli quer dizer é o seguinte: se retirarmos esse artigo, corre o risco de nem conseguirmos tentar deixar o regime diferenciado melhor para o contribuinte paranaense. Mas, na prática, se não aceitarem a nossa legislação que estamos votando hoje aqui, vai ter um aumento da carga tributária para o micro e pequeno empresário na ordem de 1%.

Então, o Deputado Valdir Rossoni, é lógico, estava tentando ajudar, mas infelizmente ou felizmente, concordo com o Líder do Governo e nós realmente não podemos acatar a supressão desse artigo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Deputados favoráveis à aprovação da emenda, queiram levantar-se.

Quatro Srs. Deputados.

Deputados contrários à emenda, queiram levantar-se.

Vinte e seis Srs. Deputados.

Está **Rejeitada** a emenda. Mantido por extensão o artigo 4º da referida lei.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 207/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a instituição dos atrativos e das áreas estaduais de interesse turístico e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 207/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Poderão ser declaradas de interesse turístico, a nível estadual, as áreas instituídas na forma do disposto na presente lei, onde existam atrativos de interesse turístico.

§ 1º Áreas Estaduais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território estadual, inclusive rios e lagos do seu domínio, a serem preservados e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

§ 2º Atrativo de Interesse Turístico é todo local, elemento ou atividade capaz de, por características próprias, determinar o deslocamento de pessoas com a finalidade de fruição dessas características, por motivações diversas.

Art. 2º A ação governamental para a execução da presente lei desenvolver-se-á por intermédio dos órgãos públicos e entidades privadas com atuação na área do turismo ou área correlata, nos termos da regulamentação da lei.

Art. 3º O órgão oficial responsável pela promoção do turismo na esfera do Governo do Estado promoverá entendimentos com órgãos públicos e entidades privadas a que se refere o artigo 2º, com o objetivo de se definirem os bens culturais e materiais protegidos por legislação específica que possam ter utilização turística, e os usos turísticos com eles compatíveis.

Art. 4º Complete ao órgão oficial responsável pela promoção do turismo na esfera do Governo do Estado realizar pesquisas, estudos e levantamentos necessários à indenização dos Atrativos de Interesse Turístico, bem como à determinação das Áreas Estaduais de Interesse Turístico:

I - de ofício;

II - por solicitação de órgãos da administração direta ou indireta, estadual, metropolitana ou municipal; ou

III - por solicitação de qualquer interessado.

Art. 5º As Áreas Estaduais de Interesse Turístico serão instituídas por decreto do Poder Executivo.

Art. 6º Os Atrativos de Interesse Turístico serão instituídos pelo órgão oficial responsável pela promoção do turismo na esfera do Governo do Estado, que fica autorizado a firmar convênio com as prefeituras municipais interessadas, a fim de realizar os estudos, pesquisas e levantamentos necessários à identificação e definição dos Atrativos e das Áreas Estaduais de Interesse Turístico.

Art. 7º Nas Áreas Estaduais de Interesse Turístico somente podem ser considerados, para efeito de aprovação pelos municípios respectivos, os projetos de loteamento, construção ou quaisquer tipos de obras ou cartazes de publicidade em geral, que tenham sido previamente submetidos à apreciação do órgão oficial responsável pela promoção do turismo na esfera do Governo do Estado e que tenham obtido aprovação.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a assinar convênios com os municípios deste estado para o efeito da concessão de estímulos fiscais e financeiros aos empreendimentos turísticos neles localizados.

Art. 9º Na elaboração ou atualização do plano rodoviário estadual conceder-se-á prioridade à construção de rodovias que sirvam às Áreas Estaduais de Interesse Turístico instituídas na forma do disposto nesta lei.

Art. 10. Fica a cargo do Poder Executivo a regulamentação da presente lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

RIBAS CARLI FILHO - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Agricultores Familiares de Jacutinga de Cima, com sede no município de Mato Rico e foro em Pitanga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMOSHAS - Associação de Moradores do Jardim Shangai e Jardim das Américas, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento do Santo Antônio - ACODESA, no município de Cambira, comarca de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM

EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, ficam isentos do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam localizadas as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a contagem de tempo em serviços voluntários para fins de concurso público e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCCD. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina a sala do Diretor do Departamento de Pessoal desta Casa de Leis, de Luiz Carlos Molinari. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional João de Barro, com sede e foro no município de Ivaiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 163/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional João de Barro, com sede e foro no município de Ivaiporã.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS os consumidores de energia elétrica que utilizam aparelhos de sobrevivência. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 053/07, de 23/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 385/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 385/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, objetiva autorizar o Poder Executivo a isentar de ICMS os consumidores de energia elétrica que utilizam aparelhos de sobrevivência.

Trata-se de projeto de lei autorizatório e previsto constitucionalmente. Além disso, caberá ao Governo Estadual, após a sanção, providenciar o necessário convênio.

Face ao exposto, nosso parecer é favorável à normal tramitação do projeto de lei ora em análise.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 385/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a isentar do ICMS os consumidores de energia elétrica que utilizam aparelhos de sobrevivência.

Referido projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta comissão chamada a opinar, entende que se trata de projeto autorizatório, ficando a juízo do Governo do Estado, se convertido em lei, a sua aplicação ou não.

Diante do exposto, emitimos parecer favorável ao seu normal trâmite nesta Casa.

Sala das Comissões, em 20.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação de Deficientes Físicos com Necessidades Especiais e Amigos dos Excepcionais - ADEFINE, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo. (Publ. no DA nº 055/07, de 28/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 391/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação de Deficientes Físicos com Necessidades Especiais de São Miguel do Iguaçu - ADEFINE, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, na ata da Assembléia Geral de constituição da referida associação consta outra denominação, e o artigo 2º do presente projeto ao dispor que “ficam revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, a qual regulamenta a técnica legislativa, pois assim determina no artigo 9º: *A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 391/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária à apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Deficientes Físicos com Necessidades Especiais de São Miguel do Iguaçu - ADEFINE, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Sociedade Agrícola Cultural Guajuvira de Cima - SACGC, com sede e foro no município de Arau-

cária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 410/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, declara de utilidade pública a Sociedade Agrícola Cultural Guajuvira de Cima - SACGC, com sede e foro no município de Araucária.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1855 de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1856 de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1858 de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1859 de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1860 e 1861 de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1862 de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1864 e 1867 de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1868 e 1869 de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1870 de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Apenas para dizer a V. Exa., o Deputado Plauto reformulou o requerimento sobre aquilo que tínhamos

conversado. Só quero de novo cobrar o seguinte: que a Mesa da Assembléia tem que responder a questão de ordem que envolve a questão do fornecimento de documentos através de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já passamos a questão de ordem de V. Exa.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1881 e 1882 de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1872 a 1877 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1883 de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Veneri, Luiz Claudio Romanelli, Professor Luizão e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Deputado Jocelito Canto com a palavra, desde que permaneçam 5 Deputados para continuidade da Sessão.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, inscrito.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, eu jamais queria fazer este pronunciamento, mas eu ouvi atentamente o Deputado Cheida e como o Deputado Cheida, primeiro, por mim tem um carinho especial, é uma pessoa muito educada, uma pessoa que eu tenho o maior respeito e até porque o Deputado Cheida é médico, eu diria que ele, com todo respeito, é uma moça, uma moça de educação, não é desrespeito, Deputado, é pela educação de V. Exa., e se eu, em algum momento, aqui disser alguma coisa, não tenha como ofensa, é só um desabafo que vou fazer aqui, quero dizer que não é, em momento nenhum para ofender V. Exa. Jamais faria um pronunciamento para ofender V. Exa. diretamente, até pelo respeito que V. Exa. sempre tem comigo.

Mas, Sr. Presidente, eu ouvi aqui atentamente o pronunciamento do Deputado Péricles, ouvi o Deputado Cheida, ouvi o Deputado Marcelo Rangel, e disse bem aqui o Deputado Valdir Rossoni, Deputado Jocelito, pode falar da saúde, porque foi o que mais lutou pela saúde e que foi o que mais falou da saúde e é verdade, Deputado Rossoni. Eu trabalhei na saúde desde o 1º dia que assumi o mandato nesta Casa, eu não parei um dia. Eu tive a coragem, Sr. Presidente, de vir de Ponta Grossa até Curitiba a pé, 120 quilômetros, que não andei tudo porque não agüentei, andei cerca de 90 quilômetros, porque não tinha condição física, mas os demais companheiros anda-

ram 120 quilômetros. Mas tive a coragem de pelo menos participar.

Depois de instaladas as UTIs em Ponta Grossa, uma parte daquelas que faltavam, tive a coragem de vir agradecer. Não sou ingrato, vim agradecer. Viemos a cavalo como uma homenagem dos tropeiros dos Campos Gerais, viemos 3 dias a cavalo para agradecer as UTIs. Sempre agradecei.

Sei, Deputado Cheida, que as coisas melhoram, sim, na saúde, nunca disse que não. Eu mesmo estou usando o horário do PTB, na televisão, em Ponta Grossa, e hoje estou mostrando o Hospital Regional, que acho que é uma fabulosa obra, que é grande obra dos sonhos, que costumo dizer, dos meus filhos e dos meus netos de Ponta Grossa. Sei que obras estão acontecendo no pronto-socorro, e em vários lugares de Ponta Grossa. Sempre elogiei o Secretário, jamais seria desleal em dizer que isso não está acontecendo. Eu ajudei a conquistar isso.

O Deputado Péricles falou aqui que levei um adversário meu e adversário do Governador Requião, que o Governador Requião não queria receber lá, no Canguiri, o Prefeito Wosgrau e, daquele dia nasceu o Hospital Regional de Ponta Grossa, que sempre foi um sonho, que sempre foi uma vontade de nós termos, porque Londrina tem, Maringá tem, Cascavel tem, e que Ponta Grossa não tem.

Então, sempre sonhei com esse hospital, porque fui Prefeito e sei o que significa um Hospital Pronto-Socorro de Ponta Grossa hoje, que paga a conta da região inteira e não recebe verbas do estado. Sei, porque administrei a cidade e sei disso.

Mas, não posso, Deputado Cheida, concordar quando V. Exa. diz, que alguém quer usar aquele momento, e ouvi o Deputado Romanelli também falando do rádio.

Deputado Romanelli, o rádio para mim é mais importante que a política, o rádio é a minha vida, nasci radialista. Foi designado pelo homem que me colocou aqui que eu ia ser radialista. Pediria a V. Exa. que não diga que o programa de rádio é um auditório. O rádio é bonito, é maravilhoso. Ele serve, ele ajudou o Governador a ganhar eleições. Foi o rádio. Foi com a minha voz, o meu apoio, nos momentos mais difíceis da campanha do Governador Requião, que muitas vezes nós enfrentamos até o momento de receber uma multa, mas para propagar que nós precisamos continuar acreditando no Governador.

O meu partido PTB não apoiou o Governador Requião. Tive a decência de agüentar muitos comentários durante a campanha de que éramos do outro lado. Trabalhamos nos bairros, bairro a bairro trabalhando, lutando. Os meus filhos, os meus amigos trabalhando para o Governador Requião.

Até hoje assisti uma fita, que é uma pérola da minha vida com o Governador Requião. Uma pérola, quando o Requião era Senador do Paraná, e que hoje

assistindo aquela fita, pensei: meu Deus do céu, eu estou errado, jamais poderia ter apoiado um Governador que falou isso de mim. Se eu mostrar a V. Exa. o que o Governador falou para mim, no Senado Federal, uma vez, o senhor iria dizer que eu sou louco realmente de apoiar o Governador Requião. Hoje, ainda assistia a fita e me lembrava, que o então Senador Roberto Requião, que eu ajudei a eleger, agora foi à televisão, em Brasília, e fez uma ofensa para o meu filho que não tinha nascido ainda. Para o meu filho que não tinha nascido! Sr. Presidente, assisti essa fita e me doeu, sabe por quê? Porque na seqüência, sabe quem me defendeu? Foi o Senador Osmar Dias e o Senador Álvaro Dias que me defenderam lá no Plenário do Senado! Quando o Governador Requião, dando risadas, agredia o meu filho que não tinha nascido.

Eu tinha esquecido disso porque tenho coração. Esqueço. Deixo de lado. Meu coração é bom, eu deixo de lado. Agüentei tudo isso. E ainda hoje, assistindo aquela fita, lembrei-me que aquele mesmo menino que hoje tem 7 anos, andava nessa campanha com a bandeira do Requião em cima do meu jipe. Requião para lá e para cá. E hoje quando assisti aquela fita fiquei pensando: meu Deus do céu, está tudo errado na minha vida!

Quando vem o Deputado Cheida dizer para mim que eu não tenho que me preocupar com a saúde, Deputado Cheida V. Exa. outro dia conseguiu fazer com que esta Assembléia parasse um dia porque o esgoto desta Casa estava sendo jogado no rio Belém. E parou esta Casa, parou de funcionar os banheiros, parou tudo para fazer o esgoto que não tinha. Para proteger o quê Deputado Cheida? A vida, a natureza. Claro como eu não vou defender uma vida de um garoto que está morrendo e que o Governo que eu elegi não consegue arrumar uma UTI, que eu não acho o Secretário que é bonzinho, que está passando um momento difícil? Mas aquele guri também estava morrendo e o meu defeito qual é? É de estar em Ponta Grossa todos os dias, não moro em Curitiba, vou e volto todos os dias.

Vou ao rádio Deputado Romanelli, porque adoro o rádio. Levanto cedo para ouvir às pessoas, para vir discutir aqui. E aí vejo as pessoas passando dificuldades e vejo o Secretário Cláudio Xavier, não fomos nós, não fui eu nem o Marcelo Rangel, nem foi o Plauto. Alguém de Ponta Grossa que deu prazo para botar as UTIs em Ponta Grossa não fomos nós. Foi ele! Disse: “Daqui a 60 dias.” Eu nem fui, porque eu já tinha ido lá com ele e já tinha prometido e eu acreditei. Aplaudi. Parabéns! Arrumei um título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa para ele. Pedi à Câmara e ela me atendeu. Transformei um cidadão da minha cidade para não morrerem crianças. E de repente preciso de uma UTI para uma criancinha lá do bairro da favela, uma criança de 7 anos, uma criança que está morrendo e a mãe está chorando na minha frente. Uma criança que daí que eu falo que é da Carta de Puebla, sim, porque na janela daquela casa meia água está um adesivo: “Jocelito, Requião, Requião, Requião.” Tem 3 adesivos do Requião e tem 1 no meio, meu.

É o nosso povo que está morrendo! Não posso ficar quieto! Quando reclamo, cobro. Cobro com direito de quem ajudou a eleger esse Governo. Antes eu não podia reclamar muito porque não havia ajudado a eleger o Requião na eleição passada. Mas nessa eu ajudei a eleger. E vou cobrar e ele precisa tomar providências, porque de repente, Deputado Cheida, eu não sei o que fazer. V. Exa. tem razão, às vezes uma UTI não salva vidas, eu sei! Paciente em fase terminal não se salva numa UTI. Mas como é que vou explicar para aquela família que chega lá: “Minha mãe está morrendo”, não tem leito na UTI. O que é que faço? A gente sabe que aquela pessoa vai morrer, mas o que é que vai fazer? Mas tem que dar uma última oportunidade para tentar viver! É o caso desse garoto que está aí. É uma prova que dá certo! E se não vem para Curitiba? E aí V. Exas. dizem assim: “Mas os hospitais particulares cobram eu não tenho como combater os hospitais eu não sou Deputado Federal, legislador Federal que faz uma lei que os obriga atender, mesmo que não tenham dinheiro. Eles não atendem! Para eu trazer essa criança, tive que levar um cheque para ela, isso era sábado. Disseram: “O seu cheque, segunda-feira vai para o banco.” Eu disse: pode botar. Fui correr atrás para arrumar o dinheiro para salvar e salvamos.

Não estou aqui querendo achar que está tudo errado, não. Não sou dessa linha. Agora, queria que o senhor que já foi Prefeito como eu também e é médico, como é que vou explicar para uma família que não consigo um leito de UTI do Governo que eu ajudei a eleger, do Governo que carreguei a bandeira, do Governo que eu pedi para o povo: vote que vai dar certo? E daí vem o Secretário que eu pedi para dar um título, porque acreditava nele, ele vai lá e diz que vai colocar os leitos e não coloca e eu fico por mentiroso! Não sou mentiroso. Posso às vezes me atrapalhar, mas não sirvo para isso.

Agora, Sr. Presidente, com todo respeito a esta Casa, queria pedir aos companheiros, muita gente adora falar mal dos radialistas. Eu tenho orgulho da minha profissão. Desde pequeno, sempre fui um apaixonado pelo rádio. E se tivesse que escolher, hoje, Sr. Presidente, se a legislação proibisse Deputado de ser radialista, não tenha dúvida que eu deixaria esta Casa e seria só radialista, porque minha vida é o rádio.

Então, queria só pedir aos companheiros, que o rádio é sempre usado em época de eleição, depois, alguns esquecem-se do rádio e não falam mais no rádio. Rádio só serve em época de eleição. Eu queria dizer ao nosso Governador: acho que tem muitas coisas boas no

Governo dele, que eu admiro, que eu gosto, mas, queria pedir a ele, eu já fui Prefeito, e se fosse Prefeito de novo, hoje, Deputado Cheida, seria o Prefeito da saúde. Primeiro, teríamos que cuidar da educação. Claro, acho importante, muito importante, a educação, mas, mais importante é salvar as pessoas, antes de educá-las, deixá-las viver, porque na crise que estamos vivendo, hoje, na saúde, quantas pessoas estão morrendo, por falta de um médico, de uma consulta especializada, que as pessoas estão precisando?

Então, queria pedir ao Governador que ajudei a eleger, que meu filho carregou a bandeira dele com muito orgulho e que eu carreguei também e que tenho muitas divergências com ele, vou elogiar as coisas boas, mas vou votar contra o que achar errado. Quero pedir a ele para que cuide da saúde, porque prometemos isto. Nós andamos com a bandeira prometendo a saúde e eu vou continuar brigando pela saúde, porque todo dia o que mais me pedem é saúde. O povo chora! Não é discurso! Sofremos junto! Por isso, queria pedir ao Governador que cuidasse um pouquinho mais da saúde. Melhorou, já, mas que continue melhorando a saúde.

Era só isto, Sr. Presidente.

E, Deputado Cheida, se alguma ofensa cometi, o senhor me perdoe, porque eu jamais atingiria uma pessoa como V. Exa., por quem tenho o maior respeito e carinho.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 346, 395 e 413/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 172 e 406/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 163, 385, 391 e 410/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 381 e 437/07.

Levanta-se a Sessão.

